

YARA MARIA MARTINS NICOLAU MILAN

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida
por...*Yara Maria Martins Nicolau Milan*.....

e aprovada pela Comissão Julgadora em *20 de outubro de 1986*

DATA: *20/10/86*

ASSINATURA: *Evaldo J. Vieira*

O REACIONARISMO CATÓLICO E A EDUCAÇÃO COMO AÇÃO

Dissertação de Mestrado em *História e Filosofia da Educação*.

Orientador:

— Professor Dr. Evaldo Amaro Vieira.

Esta dissertação foi aprovada com o conceito A.

(Assinatura)

20/10/86

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1986

COMISSÃO JULGADORA

Eivaldo J. Vieira	A
• Alu. Lust	A
Manfredo	B

Para os meus filhos

Cícero, Tiago e Bianca

Para minha mãe

Margarida

Para meu marido e companheiro de
muitas lutas

João Evangelista

AGRADECIMENTO ESPECIAL

*Ao Professor Dr. Evaldo Amaro
Vieira, que com zelo e habili-
dade soube orientar esta pes-
quisa, sem cercear minha li-
berdade de pensamento e ex-
pressão.*

AGRADECIMENTOS

À (tia) Lela Perobelli e Maria do Carmo Martins Perobelli, à Janice Helena Ferreri, ao Prof. Roberto A. Camargo, ao Francisco Cesar Palma Araujo, e à Maria Cristina Duarte Zappa, por terem contribuído, cada um a seu modo, para a realização deste trabalho.

"Pois é preciso que de muitas
coisas sejam inquiridores os
homens amantes da sabedoria".

Heráclito de Éfeso

"O contrário é convergente e dos divergentes nasce a mais bela harmonia, e tudo segundo a discórdia".

Heráclito de Éfeso

"Todas as ciências são igualmente úteis; o terrível é o alumbramento 'fora de mim não há salvação' com que as elites intelectuais se arrebanham assanhadas dentro duma ciência que seja mais consentânea dos problemas do tempo, pra fingirem que estão 'participando'. E a ciência vira moda. Mas então ela perde o seu destino artesanal primeiro, é um ópio. Em vez de lembrar, ela faz esquecer."

Mário de Andrade

ÍNDICE

	PAG.
INTRODUÇÃO	1
I	
▲ GÊNESE HISTÓRICA DA CULTURA REACIONÁRIA	8
1. AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	8
2. A REORGANIZAÇÃO DAS IDÉIAS.....	19
3. O INÍCIO DA REAÇÃO CATÓLICA.....	23
4. JACKSON DE FIGUEIREDO: O IDEÓLOGO DA REAÇÃO NO BRASIL.....	29
II	
▲ EM DEFESA DA ORDEM	38
1. CATOLICISMO E NACIONALISMO.....	44
2. A ORDEM CONTRA A REVOLUÇÃO.....	54
III	
▲ A POLÍTICA REACIONÁRIA	74
1. A CONTRA-REVOLUÇÃO INTELECTUAL.....	82
2. O OBJETIVO POLÍTICO DA REVISTA "A ORDEM".....	85
3. A ESTÉTICA E ARTE REACIONÁRIAS.....	93

CONT.

PÁG.

IV

▲ EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE 981. A PEDAGOGIA REACIONÁRIA..... 109CONCLUSÃO 120BIBLIOGRAFIA 126

I
N
T
R
O
D
U
Ç
Ã
O

INTRODUÇÃO

É possível ao observador atento e perspicaz perceber ainda hoje, no contexto das relações sociais, a presença nítida de uma ideologia reacionária, cuja gênese vincula-se ao Catolicismo dos anos 20. Tal ideologia apresenta-se, de maneira difusa, incorporada a múltiplos discursos acerca do real.

Com intuito de compreendê-la, torna-se necessário refletir sobre sua origem, natureza e evolução constituindo-se em um conjunto *lógico, sistemático e coerente de representações do concreto*. Trata-se, efetivamente, de buscar no contexto histórico-social do Brasil, a produção e o desenvolvimento de uma Cultura, à qual poder-se-ia denominar Reacionária, considerando-se a estrutura teórico-doutrinária adaptada às condições locais.

Essa Cultura deve ser entendida sob dois aspectos: primeiro, como uma produção que apareceu ligada ao Catolicismo, de forma inexorável, no âmbito do processo de transformações estruturais iniciadas após a Primeira Guerra, constituindo-se em uma das tendências que marcariam a mutação da sociedade brasileira na década final da República Velha. Segundo, especificamente, no campo das idéias políticas, como uma reação dos neocatólicos (*) ao Liberalismo que se mostrava impotente para re-

(*) (aqui entendidos como representantes do laicato católico, que a partir de 1921 passa a constituir a chamada Escola Católica)

solver os problemas oriundos da ampliação interna da economia nacional. Como tal, esta Cultura nascida de condições sociais particulares, caracteriza-se por seu sectarismo na forma de um nacionalismo de direita, inspirado em de Maistre, Mourras, Renan e outros ideólogos tradicionalistas europeus.

Faz-se necessária esta discussão por sua importância na revelação do conjunto ideacional reacionário, nos termos em que se desenvolveu, bem como dos recursos utilizados na sua divulgação. A intenção básica dos ideólogos consistia em influenciar vários setores da intelectualidade brasileira como forma de recuperar (entre outras coisas) o poder da Igreja, vista como modelo perfeito de organização.

É importante ressaltar o forte engajamento do grupo que a produziu, cuja força pode ser sentida através da combatividade política e audácia do seu mais significativo representante: Jackson de Figueiredo. Fez da causa que abraçou um forte ideal de vida. Ele se motivou por isso à participação ativa e influente na sociedade brasileira. Criador da revista "A Ordem" (1921) e do "Centro D. Vital" (1922) para promover as idéias da chamada Escola Católica, em defesa da Ordem, da Hierarquia e da Autoridade, tornou sua obra ponto de referência obrigatória no estudo do Reacionarismo no Brasil.

O que se pretende elucidar é a Cultura Reacionária em termos de uma experiência histórico-social que pode ser percebida através do discurso político presente em inúmeros editoriais da revista "A Ordem" (de 1921 até 1928) e nas obras políticas de Jackson de Figueiredo.

A compreensão do significado desta Cultura será possível à medida que seu surgimento esteja associado a um grupo de agentes sociais, cuja praxis sectária consistia no combate das manifestações "tidas" como revolucionárias, em qualquer instância, desenvolvidas a partir de 1920.

A formação desta Cultura deverá ser analisada dentro da perspectiva apontada por Darcy Ribeiro, isto é como *corpos de crenças e as ordens de valores, bem como as explanações ideológicas, em cujos termos os povos explicam e justificam seu modo de vida e conduta* (1). Como tal, ela deverá ser enfocada — uma dimensão da praxis social. Separá-la desta praxis resultará em uma redução mecanicista entificadora dos níveis do real em formas compartimentadas. Em outras palavras, a desvinculação da praxis reduziria as representações a meros reflexos do concreto. O conceito de Cultura ganha, neste sentido, sua real abrangência, incluindo o ideológico e o político como aspectos indissociáveis.

Feitas estas considerações, torna-se imprescindível relacionar a origem desta Cultura ao contexto estrutural brasileiro, em uma dimensão diacrônica, cuja evolução se processa através da industrialização e eclosão de violentos conflitos sociais. Trata-se, entre outras coisas, de verificar o lugar dos agentes sociais produtores deste tipo de discurso e de seus propósitos.

Como bem o demonstra Marilena Chauí, as duas clas

(1) Ribeiro, Darcy. *O processo civilizatório, Etapas da evolução sócio cultural*, Ed. Vozes, p. 43.

ses sociais fundamentais não estavam ainda plenamente constituídas: a burguesia e o proletariado (na década de vinte). Por serem classes "ausentes" não poderiam produzir, de forma efetiva, um sistema de representações e de normas particulares dotadas de aparente universalidade capaz de impô-lo à sociedade como um todo (2). Diante dessa ausência, abre-se espaço para o surgimento de outras ideologias, cuja marca ainda é a inconsistência no sentido de exprimir a realidade nacional. Neste espaço figura a Cultura Reacionária, elaborada por um segmento da intelectualidade, oriunda da camada média urbana, participando com as demais representações do concreto, de um anseio comum: solucionar os problemas do país, através de "fórmulas" colocando-o no mesmo nível das nações civilizadas.

A obra de Jackson de Figueiredo deixa transparecer a tendência nacionalista em sua pregação doutrinária. Da mesma forma, através dele manifestam-se os aspectos mais significativos do conjunto ideacional reacionário. Basicamente, o ponto de partida desta ideologia consiste em antepor-se à Revolução como algo odioso que negaria a formação do autêntico espírito nacional, buscando na Igreja — por suas características — uma fonte inesgotável de inspiração (3).

São dois os objetivos que motivam tal estudo:

(2) Chauí, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista, in Ideologia e Mobilização Popular, Ed. Paz e Terra. p. 20.

(3) Vieira, Evaldo Amaro. Estudo sobre a atitude conservadora — três momentos, in Revista Difusão, nº 5, p. 27.

- 1) A reconstrução histórica do pensamento católico reacionário — entendido como uma Cultura — através dos editoriais da revista "A Ordem" e as obras políticas de Jackson de Figueiredo.
- 2) Percepção do poder da Igreja e a constituição da chamada Escola Católica da década de 20, como uma das contradições internas da sociedade brasileira que evidencia o desgaste e o fim da República Oligárquica.

Todo conjunto de observações, já feitas, acerca da investigação pretendida, sugere um encaminhamento metodológico na forma de uma análise dos aspectos que constituem a Cultura Reacionária. Os documentos que revelam um tipo de discurso produzido por um grupo de agentes em uma situação histórica precisa são os editoriais da revista "A Ordem", bem como as obras de Jackson de Figueiredo. É importante ressaltar que Jackson de Figueiredo representa, legitimamente, os agentes em questão.

Na elucidação do significado do Reacionarismo figuram como aspectos indissociáveis: o sentido da Ordem, a valorização da Hierarquia, o enaltecimento da Monarquia em detrimento da República e os termos da Reação na forma de uma pedagogia política anti-revolucionária.

O aspecto fundamental deste estudo consiste na reconstrução da trajetória histórica, através da análise de discursos que expressem a ideologia reacionária, desta pedagogia po-

lítica, assim como suas possibilidades de abrangência e, principal_{mente}, de suas contradições. Nesta investigação estarão implícitos na compreensão das hipóteses: o conjunto significativo que exprime a gênese do discurso reacionário, as estruturas econômicas e sociais que fundamentam a praxis e ainda o grau de consciência dos agentes.

I

GÊNESE HISTÓRICA DA CULTURA REACIONÁRIA1. AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Para se compreender a gênese da ideologia reacionária na forma de uma cultura que se desenvolveu a partir dos anos 20, no Brasil, é necessário caracterizar o contexto histórico no qual ela é produzida, bem como o lugar ocupado pelos agentes que a produzem, atentando-se principalmente para os aspectos políticos, intelectuais e religiosos.

Coincidentemente, a gênese desta ideologia concretiza-se no final de um período histórico permeado por crises estruturais que denotam sua transitoriedade. É a República Velha ou Primeira República (1889-1930), que a partir de 1920 passa a apresentar sinais de desgaste em sua ordem institucional, reveladas por sucessivas crises conjunturais refletindo o processo de transformação que está em curso. O aprofundamento dessas crises faz-se acompanhar da intensificação das atividades ideológicas e da ampliação participativa de outros segmentos sociais na vida política do país, em virtude do espaço que se abre através da instabilidade econômica e política do Brasil após a Primeira Guerra. A República Velha é, por isso, um período de transição para a formação social capitalista (1).

(1) *Pereira, Luís. Prefácio, in Raízes da Ideologia do Planejamento, Janice Teodoro da Silva, Editora e Livraria Ciências Humanas, 1978, p.17.*

Apesar de inserir-se na formação social brasileira como época pós-escravocrata, não há, ainda, uma dominância do modo de produção capitalista, ocorrendo, entretanto, alterações consideráveis nas forças produtivas em atividade. Por esse motivo, a República Velha pode ser considerada um momento dessa formação social.

No que concerne à dominação política desse período, a ausência de uma hegemonia da classe ou fração da classe industrial no poder é visível. No Brasil, a burguesia industrial nascente, antes de consolidar sua dominância econômica, unifica-se ao Estado no plano político, sem questionar sua forma institucional ou seus mecanismos. Por outro lado, a oligarquia cafeeira que se constitui na camada dominante da Primeira República — caracterizando-se pela posse do principal meio de produção — a terra — mantém-se no poder, conquistado desde os primórdios da colonização, enquanto "aristocracia agrária". Adaptada e "modernizada" no desenrolar do processo histórico brasileiro, encontra nas contradições dessa estrutura transitória uma forma de não perder seu domínio, ajustando-se e garantindo-se enquanto grupo dirigente até 1930.

A burguesia industrial, cuja origem vincula-se tanto ao comércio importador como ao interno, ao adquirir sua consistência de classe, não se opõe à propriedade latifundiária. Isto porque, com frequência, procedia também desse meio ⁽²⁾. Identificando-se desde seu surgimento com o Estado oligárquico, essa burguesia reitera sua adesão inicial, passando a ver-se como uma das

(2) Gorender, Jacob. *A Burguesia Brasileira*, Editora Brasiliense, Co. Tudo é História, nº 29, p. 26.

classes conservadoras (3), sem assumir, por esse motivo, o papel de *paladina da civilização ou instrumento da modernidade* (4). A ela não interessava revolucionar a ordem social vigente, pois esta atendia à maioria de seus interesses imediatos.

Durante a Primeira República não é incomum a ocorrência de vinculações estreitas entre as burguesias e oligarquias estaduais. Em contrapartida, estes vínculos não ocorrem entre as burguesias regionais, de tal forma que dificulta a formação de uma consciência de classe burguesa com visão nacional (5).

Para se compreender a estrutura interna e a composição das forças políticas nesta formação social, em sua transitoriedade, torna-se necessário relacioná-las com a infra-estrutura econômica em sua dinâmica. No plano internacional, o capitalismo industrial, fundamentado na livre concorrência, entra em declínio com a ascensão do capitalismo financeiro monopolista que se acelera com a Primeira Guerra. Um novo quadro de relações estrutura-se entre os países hegemônicos e periféricos. No processo histórico brasileiro a redefinição dessas relações, ao lado das contradições internas do modelo primário-exportador, prenunciam as transformações que se sucederão após o período.

A principal atividade econômica do Brasil era, desde o último decênio do século XIX, a cultura do café e assim continuou depois do início da industrialização e no pós-guerra. A e-

(3) Gorender, Jacob, *op. cit.*, p. 46.

(4) *Idem*, *ibidem*. p. 46.

(5) *Idem*, *ibidem*.

conomia voltada para os interesses do comércio exportador permanece, ao longo de três décadas, (1900-1930), monopolizada por alguns estados, cujas oligarquias se organizam de forma a garantir a valorização desse principal produto, o café. O Convênio de Taubaté, em 1906, submete o governo federal aos interesses do grupo dominante, onerando e prejudicando, por seus "efeitos", os demais setores econômicos do país.

A industrialização, iniciada nos fins do século XIX, acelera-se após a Primeira Guerra, atendendo às necessidades da demanda interna que requisitava os bens de consumo, antes importados da Europa. A passagem da pequena indústria e do artesanato para a média e grande indústria estimula o desenvolvimento da urbanização nas grandes cidades, delineando nesse processo uma nova estrutura social. Do pós-guerra à crise de 1929, a indústria se desenvolve vertiginosamente, duplicando-se o número de estabelecimentos e ampliando, conseqüentemente, o proletariado urbano, que passa a ser recrutado entre os imigrantes europeus e os migrantes oriundos das regiões mais atrasadas do país.

A classe operária brasileira tem sua origem nos últimos anos do século XIX, no processo de transformação da economia que substitui o trabalho escravo pelo trabalho assalariado, ao transferir parte dos lucros gerados pela exportação do café para atividades industriais. Edifica assim um crescente mercado interno e cria as bases para a constituição do capital industrial. Os primeiros núcleos operários aparecem principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. As lutas operárias vêm em decorrência do próprio processo de ampliação da indústria, através das quais se or-

ganizam as primeiras associações mutualistas que visam auxiliar materialmente os operários. As chamadas Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo serão posteriormente sucedidas pelas Uniãoes Operárias, primeiro passo para organização dos sindicatos no Brasil. A partir de então, nos vários Congressos Sindicais e Operários tornam-se constantes as manifestações grevistas. Estas pugnavam pela melhoria salarial e redução das jornadas de trabalho. As bases para uma organização sindical de âmbito nacional foram lançadas em 1906 no Primeiro Congresso Operário Brasileiro, contando com a participação de representantes dos centros mais dinâmicos: São Paulo e Rio de Janeiro. Neste Congresso fazem-se presentes duas tendências até então existentes no movimento operário: a anarco-sindicalista e a socialista-reformista. Aquela propunha como estratégia a luta dentro da fábrica pela ação direta, negando, conseqüentemente, a luta política e a necessidade de se constituir um partido operário, vendo no sindicato o modelo de organização social anarquista. O socialismo-reformista lutava pela criação de uma organização partidária dos trabalhadores, buscando uma transformação gradativa da sociedade capitalista.

O governo desde 1912 procura controlar o movimento sindical, criando estrategicamente "lideranças" sindicais atreladas a si, pois temia a deflagração de uma "greve geral" que poria em risco o próprio capitalismo. A combatividade operária se fez sentir, no panorama político, principalmente no período de 1917/20 por força da crise de produção originada após a Primeira Guerra. Esse período corresponde à predominância do movimento anarquista, cuja liderança era significativa no conjunto do movimento operário brasileiro.

É importante assinalar que o anarco-sindicalismo restringia suas reivindicações aos aspectos econômicos, subestimando a luta política. Embora se afirme que não buscavam uma legislação trabalhista, reivindicavam melhores condições de trabalho (6). Graças às suas limitações para conduzir efetivamente o movimento grevista nesse momento histórico, o anarquismo perde seu espaço de influência em virtude da dissidência de um grupo de militantes que, motivado pela vitória da Revolução Socialista na Rússia, rompe com essa concepção e funda, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (P.C.B.). Este acontecimento é o divisor de águas dos novos rumos seguidos pelo movimento operário que passa a incluir desde então, como meta partidária, dirigir a Revolução no Brasil.

No pós-guerra, as classes médias urbanas apresentam-se dotadas de uma natureza complexa, se comparadas às outras classes ou frações. Originando-se com a burocracia civil, as classes médias brasileiras são constituídas por pequenos empresários e comerciantes, além de profissionais liberais, empregados do comércio e militares. Caracterizando-se por uma ideologia e uma prática heteronômas e ambíguas oscilam tanto entre uma posição de classe que se atrela à classe dominante, quanto se radicalizam à maneira pequeno-burguesa, atrelando-se à classe operária, emperando-a e freando sua prática revolucionária (7).

Em sua complexidade, as classes médias urbanas, na

(6) Antunes, Ricardo C. *O que é sindicalismo*, Editora Brasiliense, Col. *Primeiros Passos*, nº 3, p. 54.

(7) Chauí, Marilena. *Ideologia e mobilização popular*, CEDEC, Paz e Terra, p.20.

década de 20, distinguem-se por suas reivindicações e insurgência contra a política do governo e seus costumes, manifestando de forma ingente o desejo de renovação. Radicalizando-se contra o Estado, em função de sua própria gênese e das condições concretas em que vivem, as classes médias visam superar a contradição entre os *"princípios liberais e a prática política, objetivando a plena realização da democracia formal, através do voto secreto, a representação da maioria, a independência da magistratura para assegurar a manutenção do "status quo" nas relações fundamentais de propriedade* (8). Almejando apenas reformas, obstruem o espaço para as massas populares promoverem transformações políticas mais radicais.

Como parte das manifestações políticas das classes médias urbanas, na segunda década da República Velha, figura a contestação do regime pela jovem oficialidade que se manifesta em sucessivas rebeliões culminando na revolução de 1930. O "Movimento Tenentista" contendo de forma embrionária os princípios de uma ideologia autoritária e reformista, define-se por seu caráter difuso. Identificando-se como guardiães das instituições republicanas em sua forma pura, os tenentes pretendem a "salvação nacional". O tenentismo engloba muitas tendências, entre as quais, inúmeras que coincidem com as "inquietações" presentes nas classes médias.

O crescimento quantitativo das classes médias urbanas (em que pese a dificuldade de fixação de seus limites) é

(8) Fausto, Boris. A Revolução de 1930, Editora Brasiliense, p. 83.

um fato constatável no processo de transição para o capitalismo. O que se verifica é que nesse contraditório segmento, cuja característica perceptível é a heterogeneidade, apresenta uma "natureza complexa" e encontra o caminho de sua ascensão ao poder na burocracia civil e militar. Suscetível aos reveses das contradições do capitalismo emergente, as classes médias urbanas encontram também nas rebeliões tenentistas certa identidade ideológica. Isto porque o tenentismo, em sua primeira fase, é um movimento voltado ao ataque político-jurídico às oligarquias e suas instituições representativas, não obstante, alguns de seus traços essenciais (o "elitismo" e o interesse à centralização), não correspondessem, efetivamente aos anseios das classes médias.

O ideário militar, nesse momento, padece, por outro lado, de inconsistência e indefinição ideológica. Alguns traços mais marcantes de seu discurso são: anticlericalismo, a condenação da Monarquia através de uma "retórica liberal", nacionalismo, menosprezo e confronto com a estrutura institucional oligárquica e a defesa democrática (9). O militarismo dos anos 20, em sua sinuosidade, volta-se sobretudo contra o poder dominante tradicional, identificando-se, pelo menos aparentemente, às dissidências civis (10).

Em 1922, o militarismo reúne toda sua força, ao demonstrar sua simpatia à chamada "Reação Republicana" apoiando a candidatura de Nilo Peçanha, representante das oposições, na cam-

(9) Pinheiro, Paulo Sérgio. *La fin de la Première République au Brésil, crise politique et révolution (1920-1930)*. Paris, Thèse pour la doctorat de recherches, FNSP, p. 260.

(10) Fausto, Boris. *Op. cit.*, p. 63.

panha à sucessão presidencial. O presidente em exercício, Epitácio Pessoa, apóia o candidato Artur Bernardes (indicado pelo Estado de Minas Gerais) que se elege em 1922 em um clima de intensa agitação. Na campanha prevalece o embuste e a difamação. Nesse contexto, o Exército sente-se atingido pela crítica das tramas injuriosas. Os levantes que se seguem são fortemente reprimidos pelo presidente em exercício, para garantir a posse do candidato eleito.

O episódio conhecido como "Levante do Forte de Copacabana", de julho de 1922, sela um compromisso dos jovens oficiais com os novos rumos políticos do país ao aliar-se às forças de oposição descontentes com o desenrolar dos acontecimentos. Em uma atitude francamente revolucionária, esta aliança tornar-se-á a pedra de toque da perturbação da ordem no quadriênio Bernardes (1922-1926) e no seguinte. A evolução dos acontecimentos faz eclodir a Revolução de 1924 em São Paulo, com a tomada da capital, por um grupo de militares descontentes. Considerado no meio político como um "motim de soldado", os revolucionários são reprimidos e buscam o apoio do Paraná e do Rio Grande do Sul. Os rebeldes do Sul, mais de mil homens, liderados pelo general Miguel Costa e pelo capitão Luís Carlos Prestes organizam a "legendária Coluna Prestes", cujo objetivo é "manter vivo o facho da revolução". De abril de 1925 a fevereiro de 1927, os revolucionários percorrem os sertões, principalmente o Nordeste, sem se fixar, levando o brado da revolta às minorias excluídas do processo político.

Para se compreender a estrutura política da República Velha é necessário perceber o papel e a força dos Estados

no contexto econômico do modelo agrário-exportador baseado numa monocultura cafeeira que faz do Brasil um *país periférico e dependente do mercado internacional* (11). A importância econômica e populacional de cada Estado é fator decisivo para sua participação no jogo político. Os dois Estados que constituem o "centro dominante da política nacional" são Minas Gerais e São Paulo, já que a economia brasileira viabiliza sua produção de riquezas nos cafezais paulistas e mineiros. Desta forma, os cafeicultores detêm o poder político a nível federal desenvolvendo uma ação que objetiva orientar, em benefício próprio, a política econômica do país (12). Com exceção do Rio Grande do Sul, que ocupa o papel intermediário, "uma terceira força política que em determinadas conjunturas assume um papel decisivo no jogo político", os demais Estados desempenham um papel secundário nesse quadro de relações.

Na década de 20, as crises de superprodução de café, ocasionadas pelas quedas de preço no mercado internacional provocam grandes descontentamentos nas oligarquias dos estados excluídos do processo. Ao lado disso, a industrialização e o surgimento de outros segmentos sociais, que necessitam e exigem uma modernização e diversificação nas atividades econômicas e uma regulamentação da política social concedendo-lhes acesso à estrutura política, configuram outro ângulo das contradições presentes na República Velha. Essas transformações irão acirrar fortemente as questões políticas face às instituições arcaicas do Estado que se mostram

(11) *Vizentini, Paulo G.F. Os Liberais e a Crise da República Velha, Coleção Tudo é História, p. 12.*

(12) *Idem, ibidem, p. 12.*

incapazes de absorver os novos segmentos sociais que se fazem presentes no momento e de atender as pretensões das oligarquias periféricas (13). Desta forma, o regime político obsoleto, elitista e centralizado passa a ser atingido diretamente pelo reflexo dessas crises.

A institucionalização desse regime origina-se com a "política dos Governadores", criada a partir de Campos Salles. Delineando um quadro que não se alteraria muito ao longo dos anos, esse regime caracteriza-se por inúmeros vícios e distorções. Amparando-se em um "sistema de equilíbrio" entre as partes, prevalece quase sempre a ambição pessoal e o gosto pelo poder. O continuísmo dessa política casuística é selado através de um acordo entre Minas Gerais e São Paulo, conhecido pelo nome de "política do Café-com-Leite", que privilegia os interesses regionais imediatos e antidemocráticos em detrimento dos interesses nacionais, visando, entre outras coisas, impressionar o eleitorado.

Os políticos, em sua maioria, acomodam-se no exercício de uma retórica vã, sem nada fazer, efetivamente perdendo, no burburinho demagógico, o sentido vivo da realidade, sua concretude, vícios e contradições. Essa política exclui o povo, que não se identifica e não é identificado nos programas de ação de seus representantes, empenhados somente em permanecer no poder.

(13) Vízentini, Paulo G.F., *op. cit.*, p.12.

2. A REORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS

As transformações econômicas e políticas originadas com a Primeira Guerra aceleram, a nível das idéias, a tendência para a sistematização das questões nacionais.

A maior parte da inteligência nacional, até então, havia se mantido afastada da participação política, desiludida com a preponderância dos interesses das oligarquias no poder. Embora no campo literário se houvessem produzido obras importantes, a criação em outros campos é carente de originalidade, ao reproduzir "receitas" importadas e por isso mesmo distantes da realidade brasileira.

No pós-guerra, por volta de 1920, os intelectuais, marcadamente de tendências positivista, evolucionista e liberal, conscientizam-se da fraqueza estrutural do país e da premente necessidade de se encontrar soluções para os graves problemas nacionais na busca de independência e autonomia.

É interessante observar, por exemplo, os estudos efetuados por Francisco José de Oliveira Viana, a partir de 1918, cujo intuito era compreender a política nacional. Almejava a renovação de idéias, a reelaboração da cultura e o aperfeiçoamento do caráter brasileiro ⁽¹⁴⁾. Seu trabalho possui um sentido prático, pois objetiva transformá-lo em ação, sugerindo enfaticamente, o estabelecimento da unidade política. Nesse sentido, Oliveira Viana

(14) Vieira, Evaldo A. *Autoritarismo e Corporativismo no Brasil*, Cortez Editora, p. 27

expressa o conjunto das preocupações intelectuais que estavam em voga na Europa e nos Estados Unidos, na primeira metade do século XX, procurando adaptá-las à realidade nacional. Entre elas convém citar a concepção do "Estado Corporativo", cuja construção teórica pressupunha, por parte do autor, análises do comportamento do homem e da sociedade brasileira através de método objetivo (15).

Oliveira Viana seguiu a mesma orientação de Alberto Torres, almejando, por conseguinte o mesmo fim: *chegar a uma concepção de Estado Brasileiro, enquadrado dentro do Brasil* (16). Os intelectuais, nesse momento, vêm nas doutrinas importadas "fórmulas" que podem colocar o país no desenvolvimento, fazendo-o *participar da vida de seu tempo como nação civilizada* (17). Não se trata portanto de atitude mimética essa tomada de posição, mas de preocupações profundas com o rumo dos acontecimentos nacionais, cuja manifestação se faz sentir na expressão de um inconformismo contra a vigência de uma estrutura arcaica de poder, na qual prevalecem os interesses da minoria, responsáveis por todas as "mazelas nacionais".

Neste momento surge a chamada Ideologia Reacionária Católica. Para se compreender o conteúdo e a ação dos agentes que a produzem, e sua vinculação estreita à ambiência intelectual desse período, torna-se importante verificar em que medida ela se insere no contexto das transformações sociais. Jackson de

(15) Vieira, Evaldo A., *op. cit.*, p. 30.

(16) *Idem*, *ibidem*, p. 31.

(17) Iglésias, F., *op. cit.*, p. 126.

Figueiredo, seu principal representante no Brasil, participa ativamente das primeiras manifestações nacionalistas do período.

Em 1919, um grupo de intelectuais — entre os quais se destaca Jackson de Figueiredo — cria a Propaganda Nativista. Organizada sob a forma de sociedade política, essa Propaganda defende, sob todos os aspectos, a ordem e o progresso contra as ações revolucionárias imputadas como perniciosas ao país. Pouco tempo depois, Jackson de Figueiredo é chamado a organizar o programa da Ação Social Nacionalista, fundada pelo Conde de Afonso Celso com o objetivo de federar os movimentos nacionalistas, reunindo mais de cinquenta associações cívicas (18). Pregando como princípios a emancipação e o civismo, Jackson de Figueiredo já havia participado, em 1916, da primeira edição da Revista do Brasil, ao lado de outros intelectuais nacionalistas: Luís Pereira, Júlio Mesquita, Alfredo Pujol. O editorial do primeiro número sintetiza bem sua linha de ação: *o que há por trás do título desta revista e dos nomes que a patrocina é a vontade firme de constituir um núcleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o ânimo de romper sozinha para a frente, numa projeção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos, desde que existimos como nação, quer no Império, quer na República, sob a tutela direta ou indireta, senão política, ao menos moral do estrangeiro* (19).

(18) Trindade, Hêlgio. *Integralismo — O facismo brasileiro da década de 30*, DIFEL, p. 23.

(19) *Revista do Brasil*, São Paulo, nº 1 (1), 1916, p. 2.

As pregações nacionalistas dessa fase expressam bem os anseios patrióticos em busca da retomada da condução dos destinos nacionais pelos brasileiros. Entre estas manifestações encontram-se matizes diversos, como o nacionalismo ingênuo de Afonso Celso, fundador da Ação Social Nacionalista, cuja marca é a exaltação e o exagero das afirmações a respeito das riquezas brasileiras, dando ênfase ao Patriotismo e à Moral, bem como nacionalistas que superam as análises de seu tempo, através de uma visão mais ampliada. Entre os últimos, convém mencionar Alberto Torres, cuja teoria desenvolve severa crítica à vida intelectual brasileira, pois a julga desligada da realidade nacional. Alberto Torres denuncia ainda a ausência de verdadeiros centros de cultura no Brasil de sua época, do que decorria em geral a desorganização dos intelectuais, cujos trabalhos restringiam-se às minúcias da forma ou da gramática, quando não à exposição de doutrinas alheias. Alberto Torres, ao contrário dos nacionalistas que expressam o caráter nacional através de caracteres psicológicos, vai além ao superar muitas das idéias que continuariam a ser defendidas anos depois (20). A crítica do artificialismo, da imitação, da dependência e da marginalização das elites então dominantes, que Alberto Torres depositou em seus escritos, constitui um dos maiores legados à linhagem da 'sociologia nacionalista' brasileira, que floresceu na década de 50. Situado pelos intelectuais nacionalistas dos anos 20 e 30, no grupo de privilegiados dos 'pensadores', mais 'assimilados' e 'realistas' (Silvio Romero, Euclides da Cunha, Farias Brito, Tobias Barreto), Alberto Torres foi recuperado pela sua capacidade de denúncia às 'fições jurídicas' e ao

(20) Leite, Dante Moreira. *O Caráter Nacional Brasileiro*, Pioneira, São Paulo, p. 195 a 255.

comportamento 'alienado' dos políticos e intelectuais brasileiros. (21)

Os nacionalistas, de um modo geral, opõem-se à influência estrangeira em todas as dimensões: artísticas, científicas, sociais e econômicas. Trata-se, portanto, de uma tomada de posição que figurará no bojo das radicalizações ideológicas da época.

O Nacionalismo, por conseguinte, é um dos elementos fundamentais da Ideologia Católica Reacionária.

3. O INÍCIO DA REAÇÃO CATÓLICA

Antes da década de 20, a Igreja Católica no Brasil é integrada no processo como as outras forças, equilibrando-se na troca de apoios e favores (22). Falta-lhe vigor para impor-se à sociedade, apesar da religião católica ter sido oficializada desde o Império. Associada ao Estado, caracteriza-se pela submissão e pelo convencionalismo. Com a República separa-se do poder civil ao qual se atrelara, fato esse que a desprestigia ainda mais.

(21) Marson, Adalberto. *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres*, Livraria Duas Cidades, p. 202.

(22) Iglésias, Francisco, *op. cit.*, p. 131.

Para impedir a laicização total do Estado, numa tentativa de auto-preservação, alguns setores ligados a ela se mobilizam, surgindo a proposta de se criar um Partido Católico, proposta referendada também por Jackson de Figueiredo em 1921, a qual não se viabiliza.

A inteligência nacional, a partir da segunda metade do século XIX, passa a adotar uma posição cética e agnóstica, descristianizada, principalmente pela influência dos positivistas e naturalistas. Nas produções literárias predomina uma forte tendência anticlerical, que se vinha impondo desde a separação da Igreja e do Estado (1890), embora alguns escritores — entre eles Eduardo Prado, Carlos de Laet, Felício dos Santos e Afonso Celso — ainda lutassem pelo fortalecimento da fé, sem maiores repercussões (23). Porém, o grande personagem dessa resistência a favor do Catolicismo é o célebre padre Júlio Maria, através de quem se desencadeia uma contestação mais profunda sobre a questão, fundada em uma visão lúcida da problemática e do que se deveria fazer.

A ação de Júlio Maria pretende dar continuidade à reação iniciada pelos bispos D. Vital e D. Macedo Costa, que, no Império, defendiam a liberdade da Igreja contra a concepção galicana e regalista do Conselho de Estado, inspirados na obra de Pio IX, a encíclica *Quanta Cura* e o *Syllabus of Errors*, de 1864. Visando combater o indiferentismo, o laicismo e o positivismo, Júlio Maria busca no povo a união necessária para "catolicizar o

(23) Iglêsias, Francisco, *op. cit.*, p. 132.

Brasil", pois sō o povo mantēm-se fiel às tradições religiosas. Esta é a sua palavra de ordem contra, principalmente, o comodismo do clero. Pretende catolicizar pela doutrinação, eliminando a ignorância religiosa. Opta por isso, por uma "igreja democrática" tornando-se precursor da mentalidade da futura Ação Católica que se desenvolveria posteriormente no Brasil, antecipando seu liturgismo e suas reivindicações sociais (24). Em sua obra "A Memória Histórica para o Livro do Centenário" (1900) afirma: *para o espírito pensador, a crise no Brasil não é política, cuja solução depende de formas de Governo. É uma crise moral, resultante da profunda decadência religiosa desde o antigo regime das classes dirigentes da nação e que sō pode ser resolvida por uma reação católica.* (25)

A ressonância histórica desse discurso encontra respaldo no pensamento do Arcebispo de Olinda e Recife, D. Sebastião Leme da Silveira que inicia uma ação continuadora apōs chegar à sua primeira diocese no Nordeste. Em sua Carta Pastoral, publicada em 16 de julho de 1916, reitera a pregação do Padre Jūlio Maria, denunciando, a seu ver, a precária situação da Igreja no Brasil. Condenando o espírito de indefinição, a desorganização e a indiferença, conclama o clero e os leigos a uma tomada de consciência pela reavaliação do catolicismo no Brasil.

Ao ser transferido para o Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme da Silveira é elevado a Cardeal, passando a influenciar, mais profundamente, a militância católica que já se estrutu

(24) *Villaça, Antonio Carlos. O Pensamento Católico no Brasil, Zahar, p. 77.*

(25) *Idem, ibidem, p. 81.*

rava.

Ainda no contexto das transformações ideológicas é marcante a contribuição de Farias Brito, oferece, através de sua crítica filosófica, elementos para a primeira reação contra o positivismo e o evolucionismo inspirados nas concepções filosóficas de Kant, Bergson e Spinoza (26). Jackson de Figueiredo e toda geração católica são fortemente influenciados por esse pensador cearense, considerado precursor do espiritualismo que se arraigaria na cultura brasileira tempos depois.

Farias Brito concebe a filosofia como atividade permanente do espírito humano em busca do conhecimento da verdade. A moral é o fim da filosofia, pois a ela cabe resolver o problema da vida, do sofrimento e da morte proporcionando sempre, ao homem, a verdade. Nega a filosofia do desespero, do nada, "da demolição", presentes nas construções materialistas e propõe a busca de uma renovação, de uma reconstrução pelo revigoramento moral. A seu ver a morte a que assistimos não é a da civilização e da verdade, mas a das doutrinas de demolição de que resultou a anarquia moderna e cuja missão está terminada (27).

Segundo Farias Brito, para se combater as aberrações advindas com o espírito de demolição é preciso criar "um ideal novo" na forma de uma reação, princípio de transformação de tudo. Uma reforma, pois, se faz necessária ... mas isto é o que se deve e o que se pode ser feito em nome de um grande princípio,

(26) Trindade, Hêlgio, op. cit., p. 31.

(27) Brito, Farias. *Mundo Interior*, Rio de Janeiro, 1914, p.45-56.

de uma grande idéia moral capaz de regenerar o mundo (28). A filosofia assim considerada, como atividade do espírito humano, deve revelar o "mysterium magnum da existência", eleva-se, por necessidade natural, a uma concepção do todo, que transcende a própria ciência. E o mundo não é senão a manifestação mesma do espírito que, ao se revelar exteriormente, desdobra-se sob uma variedade infinita de aspectos, em uma sucessão sem fim das idades, o drama eterno de sua existência. Identificando o espírito à matéria, Farias Brito manifesta sua tendência panpsiquista universal, em que se confundem o real e o espiritual.

A obra do pensador cearense inspira uma revisão de conceitos por parte de Jackson de Figueiredo, que anuiseus princípios em um ensaio intitulado: Algumas Reflexões Sobre a Filosofia de Farias Brito.

A reação espiritualista, que se orientou pela obra de Farias Brito, inicialmente estrutura-se na forma de um ideário a partir de 1921, principalmente através do estímulo do Cardeal Leme, reunindo agora um grupo considerável de intelectuais, liderados por Jackson de Figueiredo. Fundam na cidade do Rio de Janeiro a revista "A Ordem" em 1921 e o "Centro D. Vital" em 1922, manifestações do que se deu o nome de Escola Católica. (29)

A partir dessas datas torna-se lícito falar em vitalidade católica, em contra-revolução espiritual e na recristia

(28) Brito, Farias, op. cit., p. 43-44.

(29) Vieira. Evaldo A. Estudo sobre a atitude conservadora: três momentos, in Revista Difusão, São Paulo, Diretório Acadêmico da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1972, ano II, nº 5, p. 27.

nização do país. O "Centro D. Vital" e a revista "A Ordem" tornam-se o ponto de encontro da intelectualidade leiga católica que inicia a produção ideológica reacionária, uma forma de Cultura, cujo discurso inspirado nos ideólogos tradicionalistas franceses se inscreve efetivamente na vida do país.

Concomitantemente, surge nessa época o Movimento Modernista, uma remodelação da inteligência nacional, resultante do processo de transformação histórica e social da vida brasileira. Imposto pelo fortalecimento de um novo espírito, empenhado em buscar novas formas e novos caminhos, o movimento tenta romper com o acanhamento e monotonia da criação artística nacional. A Semana de Arte Moderna realizada em 1922 expressa o brado coletivo principal, ao reunir os princípios fundamentais para a emancipação criadora e atualização artística, jamais conhecidos até então pelo Brasil. Enquanto manifestação genuína de uma autêntica tomada de consciência, o movimento modernista configura mais do que uma mera revolução estética, mas sim um estado de espírito revolucionário, o (30) que Mário de Andrade denominaria um *sentimento de arrebatamento*. O Modernismo é uma "ruptura" seguida de uma elaboração de novos valores sociais e políticos da vida brasileira. Expressando, fundamentalmente, uma "revolta" contra a inteligência nacional em seus convencionalismos, bacharelismos e ufanismos, recoloca, com ousadia, buscando uma alta dignidade. Em suas múltiplas tendências, o Modernismo evoluiu no debate das questões políticas, até avaliar com profundidade toda estrutura social à busca de soluções. O espírito de "brasilidade" que o unifica se faz sentir através das

(30) Andrade, Mário. *Aspectos da Literatura Brasileira*, Editora Martins, p.231.

expressões nativas dos grupos representantes do "Verdeamarelismo", "Antropofagia" e "Pau-Brasil", transcendendo, com o tempo, o espaço das manifestações estéticas para as políticas e ideológicas.

O Movimento Modernista encontra forte oposição entre os intelectuais da Reação Católica, adeptos do moralismo e da tradição que vêem, nessas novas produções, o "risco revolucionário" que tripudia a ordem e a segurança institucionais. Em sua obra "A Literatura Reacionária", Jackson de Figueiredo questiona a Literatura anti-convencional do Modernismo, rotulando-a de "literatura de desarvorados" pelo que ela representa: uma manifestação de rebeldia e desordem (31).

4. JACKSON DE FIGUEIREDO: O IDEÓLOGO DA REAÇÃO NO BRASIL

Se se pretende estudar o nascimento de uma concepção de mundo que jamais foi exposta sistematicamente pelo fundador (...) é necessário, antes de tudo, reconstruir o processo de desenvolvimento intelectual do referido pensador, a fim de determinar os elementos assumidos como pensamento próprio, diverso e superior ao 'material' precedente estudado e que serviu de estímulo; apenas estes elementos são momentos essenciais do progresso de desenvolvimento (A. Gramsci, Conceção Dialética da História, p. 95).

(31) Figueiredo, Jackson. *Literatura Reacionária*, Anuário do Brasil, p. 60.

Em meados de 1915, o ambiente intelectual do Rio de Janeiro é "morno e medíocre", não se modificando até o início dos anos 20. A religião e a política também se encontram na mesma situação. É este o panorama encontrado pelo jovem bacharel em Direito, recém-formado pela Faculdade de Salvador: Jackson de Figueiredo. Nascido em Aracaju, teve, no início de sua vida, formação católica através de sua mãe. Posteriormente é matriculado em Colégio protestante ao término do qual torna-se ateu, motivando-se a ler tudo o que lhe cai nas mãos. Desde cedo revela sua tendência filosófica e poética o que o leva a fazer parte do grupo estudantil "Nova Cruzada" (1910) onde se promovem reuniões literárias e agitações cívicas. Em 1912, após envolver-se com a polícia baiana retira-se para o campo, e escreve sobre a personalidade que mais o impressionara: Xavier Marques.

Ao concluir o curso jurídico em 1913, manifesta seu entusiasmo pela política e pela poesia do sergipano Garcia Rosa, a quem deseja projetar no campo das letras. Em 1916 vem para o Rio de Janeiro e conhece Farias Brito, intelectual que influenciará sua adesão ao espiritualismo. Converte-se ao catolicismo em 1918, influenciado também pela leitura da "Carta Pastoral" escrita pelo Cardeal D. Sebastião Leme, em Olinda (1916) absorvendo dela os princípios norteadores de sua militância em prol da causa católica:

O que pretendemos é agitar idéias, inspirar iniciativas, alimentar apostolados, despertar dedicações e, de nossa parte, não cair no pessimismo desumano que mata todas as empresas, mal vêm elas à concepção (32).

(32) Leme, D. Sebastião. "Carta Pastoral", Vozes, 1916, p. 16.

A partir dessa adesão, Jackson passa a questionar sua formação da fase acadêmica, na qual abraçava as idéias de Nietzsche e os princípios do anarquismo, atravessando para o extremo oposto ao aceitar uma concepção profundamente mística do mundo, reconhecendo no sentimento a mais profunda fonte do saber. O embasamento dessa nova postura inicia-se através da leitura das obras de Pascal, Donoso Cortés, Joseph de Maistre e Charles Maurras, entre outros teóricos tradicionalistas. Em 1918, ao tornar-se proprietário da Livraria Católica no Rio de Janeiro, cerca-se da amizade de muitos intelectuais católicos, como Hamilton Nogueira, Jonatas Serrano, Nestor Vitor, Tasso da Silveira, Perilo Gomes e Durval de Moraes, apenas citando os mais combativos que, com ele, criarão a Escola Católica posteriormente.

A grande metamorfose que se constata nas obras de Jackson e do grupo que o acompanhará daí por diante, é a passagem da primazia do literário para o ideológico, cujos temas, além do catolicismo, são a ordem, a autoridade, a contra-revolução o nacionalismo e a restauração moral.

Jackson de Figueiredo resume sua adesão ao catolicismo nestas palavras: *Troquei toda a veleidade de construir por mim só ou com a ajuda deste ou daquele grande espírito uma filosofia da ação. Preferi ser o humilde soldado que sou da Igreja Católica, e me sinto tão orgulhoso disto como se fora um rei*.⁽³³⁾

Para Jackson de Figueiredo o Catolicismo é algo

(33) Meneses, José Rafael. Jackson de Figueiredo, Coleção Nossos Clássicos, Livraria Agir Editora, 1958, p. 6.

muito vivo que não se resume à fé ou à doutrina, mas se configura como uma atitude diante de tudo (34). A inquietude e a especulação são traços de seu temperamento, pois repudia a indefinição, o ceticismo e o ecletismo predominante nos círculos intelectuais da época. O Catolicismo brasileiro ganha, com essa adesão, seu mais ardoroso defensor, ávido no combate aos "inimigos declarados da Igreja". Ao delinear estrategicamente sua ação investe-se contra o indiferentismo das elites e contra uma *hostilidade subterrânea, muito própria dos meios positivistas e maçônicos*, vendo a Igreja, antes de tudo, como o símbolo da autoridade e da ordem. Sua audácia e engajamento à vida nacional fazem-no o mais importante ideólogo da Reação Católica, expressão mais justa da Cultura tradicionalista que então se desenvolve no Brasil. Ao buscar na força da organização laica e sectária os instrumentos disponíveis para realizar sua ação, visa sobretudo conquistar um meio para atingir outros setores da intelectualidade, além da Igreja. Depara-se inicialmente, com o mais difícil obstáculo: a catolicidade "exterior, inatingível, inativa e absurda", catolicidade, a seu ver, conformista e superficial.

Os intelectuais católicos que constituem o grupo reacionário sob sua liderança, provêm das classes médias em sua maioria, porém são, como Jackson, identificados com os interesses da camada dominante, e portanto resistentes ao panorama revolucionário que se manifesta em muitas dimensões na década de 20, entendido como "calamidade pública". Ao movimentarem-se para a organização do apostolado católico, incluem em sua estratégia o combate à "anarquia, ao crime e à revolta" que para eles se estabeleceu

(34) *Iglêsias, Francisco, op. cit., p. 138.*

na vida pública. A exaltação e o fervor dessa tomada de posição a volumam-se rumo ao confronto ideológico com outros ideários presentes na vida nacional, transpirando sempre a ousadia e o ardor panfletário. Os fundamentos da ação encontram-se nos teóricos europeus da "Contra-revolução", principalmente Joseph de Maistre, o Visconde de Bonald, Antônio Sardinha, Charles Mourras e Frédéric Le Play. Os intelectuais católicos, no Brasil, sob a orientação de Jackson de Figueiredo, estruturam um corpo de representações coeso e lógico em seus princípios, uma nova ideologia que se adapta às condições concretas e particulares da estrutura jurídico-polí-tica do país. A meta principal é recuperar para a Igreja seu espaço de atuação.

Convém lembrar que, no contexto da história das idéias, o pensamento tradicionalista ou reacionário faz sua escola no Brasil, estimulado por sua trajetória ascensional que na Europa se desenvolve após a Primeira Guerra e a Revolução Russa de 1917.

No Brasil, a constituição do pensamento reacionário ou, mais precisamente, a Ideologia da Ordem, encontra os elementos de seu discurso, explicitamente nas idéias da Action Française, cujos principais representantes são Charles Mourras, Henri Massis e Augusto Viatte e no Integralismo Lusitano de Antônio Sardi-nha, bem como nos autores tradicionalistas do século passado como Joseph de Maistre, Luis Veuillot, de Bonald, Renan, Taine e Lamennais.

Expressando sua radicalidade e repúdio frente à realidade social e política, a Ideologia da Ordem no Brasil, a exem-

plo dos autores que a inspiram, propõe uma volta ao passado, pois entende que o mundo estava mais ajustado em algumas épocas (35). A Idade Média é o período visto como ideal, em que os valores de apego à terra, a hierarquia e o heroísmo, tudo parecia como não se encontra em período posterior (36).

A Cultura Reacionária valoriza a Monarquia, em sua forma tradicional e hereditária, pois esta representa a continuidade nacional. Vê na Igreja a forma modelar que deve ser imitada. "Sustentáculo da ordem e da hierarquia" ela se configura como protótipo da organização política, referência fundamental e fonte inspiradora do ideal almejado. Em de Maistre, o ideário da reação en contra seu princípio preventivo "contra o racionalismo aplicado às sociedades humanas", a evocação da herança das tradições seculares, "a crença na Providência reguladora, misteriosa e soberana dos destinos dos povos", bem como a filosofia que moraliza os cataclismos políticos, vendo neles o sinal do castigo divino do pecado (37). O poder providencial, nesta perspectiva, vincula e subordina o poder temporal. Por outro lado, a doutrina da ordem entende que a Monarquia é o governo mais "natural", pois a "soberania é una, inviolável e absoluta".

A ideologia reacionária que se desenvolve no Brasil, insurge-se contra "o que lhe parece errado", assumindo uma atitude de combate ao pensamento adverso da Igreja (38). Jackson de Figueiredo expressa com profundidade o conteúdo doutrinário dessa i

(35) Iglésias, Francisco, *op. cit.*, p. 113.

(36) *Idem*, *ibidem* p. 113

(37) Touchard, Jean. *História das Idéias Políticas*, Publicações Europa-América, nº 5, p. 48.

(38) Iglésias, Francisco, *op. cit.*, p. 138.

deologia através de suas obras e da coordenação do movimento leigo católico que se desenvolve com a revista "A Ordem" e o "Centro D. Vital", revelando um espírito polêmico e apaixonado pela causa que abraça, chegando mesmo ao fanatismo. Seu catolicismo pungente, ardentemente incisivo, apresenta-se, muitas vezes, sob forma violenta e provocadora, motivado pela conquista, expansão e afirmação de suas convicções.

As obras nas quais Jackson de Figueiredo resume sua visão política são: Do Nacionalismo na Hora Presente (1921), Afirmações (1921), A Reação do Bom Senso (1922), Literatura Reacionária (1924), A Coluna de Fogo (1925), além de inúmeros artigos para o editorial da revista "A Ordem" e pequenos ensaios. Neles revelam-se o ardor e a exaltação, *"através do tom áspero comum nos polemistas católicos, sempre prontos ao ataque ou ao revide"* (39).

As transformações políticas e o clima revolucionário de 20 coincidem com o início da militância de Jackson de Figueiredo motivando-o, por seu feitio, a tomar partido em favor do que julga preservar a ordem, a autoridade e a integridade da religião e da Igreja. Assim, na campanha pela sucessão de Epitácio Pessoa, Jackson de Figueiredo opta pela candidatura de Artur Bernardes, tal como se evidencia nos editoriais dos primeiros números da revista "A Ordem", pois vê na candidatura de Nilo Peçanha a marca da Maçonaria e da demagogia revolucionária. O mesmo ocorre em relação ao Movimento Tenentista contra o qual desferiu ataques constantes e violentos, principalmente no episódio do levante do For-

(39) Iglésias, Francisco, *op. cit.*, p. 140.

te de Copacabana, entendendo-o como expressão de anarquia e demagogismo. Segundo Jackson, a autoridade constituída é a legítima representante da ordem, daí colocar a revista do "Centro D.Vital" a serviço da defesa dessa autoridade. Repudia, em nome da ordem, o Positivismo, a Maçonaria, o Liberalismo, o Movimento Modernista e o Socialismo, sendo veemente na condenação de tudo que lhe pareça revolucionário.

A Revolução, segundo Jackson de Figueiredo, deve ser combatida, pois o católico é, por tendência, aquele que condena *todos os processos de violência e de força para a solução de problemas políticos e sociais*. Por outro lado, demonstra também sua desilusão face à democracia e à República, não obstante o fato de colocar-se ao "lado da legítima autoridade do país" entendendo que o *pior governo fará mais bem, será mais útil que a melhor revolução* (40). Mostrando-se adversário das manifestações democráticas *lança as sementes mais fortes da política direitista, cuja ressonância estende-se para além de seu círculo de influências diretas, cujas consequências podem ser percebidas até hoje no bojo de múltiplos ideários que permeiam a vida nacional*.

A Ideologia da Ordem é marcadamente anti-histórica, e, por isso, insensível ao social, não percebendo o processo e a mudança. Vê o homem numa perspectiva de absoluto, em sua forma idealizada e maniqueísta. Esta insensibilidade se evidencia pela negação da trama das necessidades econômicas e a luta dramática que se trava no cotidiano, especialmente no que tange ao aspecto mate

(40) Figueiredo, Jackson de. Editorial da revista A Ordem, Anno III, 1924, julho, nº 30, p. 201.

rial. Tripudia sobre o concreto nas suas vicissitudes, ao reconhecer somente valores estáticos e imutáveis. Dessa forma, não atenta para o problema das relações e contradições entre as classes ou para a natureza econômica do desenvolvimento da nação, as disputas de mercados e as explorações feitas aqui por outras nações. Ao falar no estrangeiro e em seus perigos, denuncia-os com a finalidade de condenar o Capitalismo internacional de judeus e maçons, homens desligados da tradição e da Igreja. Não percebendo no processo histórico a realidade nacional, interpreta tudo sob a ótica moralista, na qual a crueza dos fatos desaparece, são interessando os inimigos da religião.

II

EM DEFESA DA ORDEM

Em seu último artigo escrito para a revista "A Ordem" — Dolorosas Interrogações* — Jackson de Figueiredo denuncia, como sempre o fez em suas publicações, a atitude de covardia política do católico e a omissão da Igreja diante de sua grande possibilidade de influência sobre a massa popular, no contexto social brasileiro. As questões levantadas nesse artigo refletem as mesmas preocupações que motivam a militância do grupo que constitui a reação católica no Brasil (os ideólogos da ordem): o engajamento social, a participação e seu incentivo diante do absentismo da prática política entre os católicos. O objetivo do grupo sempre foi envolver-se intensamente na política do país, através do proselitismo, marcando posições e transformando o Catolicismo em uma força interpenetrante e revigorada. Identifica como adversários: os liberais, os socialistas, os revolucionários, enfim, "os inimigos da Igreja", que, ao se insurgirem contra ela, promovem a anarquia e a desordem, pois configuram-se também como "inimigos da nação".

A Igreja torna-se, segundo o ideário da Reação, o ponto inicial da pregação anti-revolucionária, devendo-se preservar em torno de sua estrutura o que há de tradicional, pois é o

* Este artigo encontrava-se no prelo quando Jackson de Figueiredo morreu, 04 de novembro de 1928.

sustentáculo da ordem e fortalece a sociedade com suas firmes noções de hierarquia.

Com vistas voltadas à Idade Média, entendida como período áureo de toda história, os ideólogos da ordem (europeus e brasileiros) repudiam a ruptura que se verifica na Igreja, no século XVI, a partir da Reforma Protestante, ampliando-se, em um segundo momento, com o racionalismo cartesiano. A Aufklärung e a Enciclopédia que denotam, além do avanço do pensamento político e social progressista, o avanço científico e tecnológico, constituem o desenvolvimento desse racionalismo no século XVIII. De fato, o "Iluminismo" afirma sua convicção no progresso do conhecimento humano, na razão, na riqueza e no controle sobre a natureza, derivando sua força do progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica. Os avanços tangíveis dessa época engendram, em termos de prática social, um individualismo secular, racionalista e progressista. A ordem é, agora, libertar o indivíduo das algemas que o agrilhoaram durante séculos, através do tradicionalismo ignorante da Idade Média, que manteve sua sombra pelo mundo, mediada pela superstição das igrejas e calcada na irracionalidade social que discriminava pelo nascimento ou por outro critério irrelevante (1).

Para o tradicionalista, o ideário burguês através do reinado da liberdade individual só trouxe consequências terríveis ao estimular abolição dos "anciens régimes", desestabilizando a harmonia do mundo pela quebra da unidade em torno de valores

(1) Hobsbawn, Eric J. *A Era das Revoluções, Paz e Terra*, p. 37.

que caracterizam a dessacralização da cultura. Efetivamente, tais conseqüências, segundo a visão reacionária, são: a pretensão democratizante da reforma social, o abandono da fê, a nova estruturação de classes e a nova idéia de poder (2).

O processo de desenvolvimento iniciado na Europa nos séculos XV, XVI e XVII, com a economia de mercado e com o avanço da industrialização no século XVIII, projeta a hegemonia de uma classe que almeja, acima de tudo, as posições de mando — a burguesia — posições estas conquistadas no desenrolar do processo revolucionário. Por outro lado, outra classe ganha também consistência, crescendo em número e força: o proletariado, que passa a reivindicar direitos e a ter aspirações políticas. Configura-se, portanto, um novo quadro de relações sociais não apreendido pelos reacionários em sua totalidade, pois estes fragmentam a realidade, entendendo-a na perspectiva de uma filosofia imutável e perpétua.

Os ideólogos da Ordem no Brasil, a exemplo de seus inspiradores, os teóricos europeus, não vislumbram os fatores de mudança econômica e social. Plasman sua concepção do concreto na negação do processo evolutivo da produção capitalista. A estável ordem social da idade feudal era o evidente paraíso perdido dos oponentes da sociedade burguesa, que amam a devoção, a lealdade, em um franco anacronismo da ordem idealizada. Entendem que as idéias de Lutero, Descartes, Kant e Rousseau teriam sido as fontes de desagregação do mundo, pois não percebem que elas já expressam

(2) Iglêsias, F. *Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo in História e Ideologia*, Ed. Perspectiva, p. 114.

as transformações sociais de base e as mudanças históricas.

O pensamento reacionário encontra apoio na aberta hostilidade da Igreja Católica à crescente tendência liberal, iniciada com a publicação da encíclica "Quanta Cura" e o "Syllabus of errors" do Papa Pio IX em 1864. A encíclica condena de forma implacável os "erros" advindos do processo revolucionário burguês, entre os quais o *naturalismo*, o *racionalismo moderado*, o *indiferentismo*, a *educação laica* e a *separação da Igreja e do Estado* (3).

Esta visão preconceituosa própria do reacionarismo, oriunda de sua insensibilidade para perceber o processo de mudança e a incompreensão de certos aspectos do social, motiva uma ação passional, na forma de constante ofensiva, em nome da preservação do que julga sacramentado: a desigualdade natural entre os homens, os desígnios de uma ordem providencial, a hierarquia e a valorização de princípios tradicionais. Entende ainda a necessidade de restaurar a realidade fazendo-a retornar ao momento tido como ideal e digno de perpetuação. Configura-se, por conseguinte, como um ideário nostálgico, em cujo discurso estão presentes o culto ao passado, à terra, à virtude, ao heroísmo e à dedicação (4).

A contradição fundamental do ideário da Ordem reside justamente, na negação do processo de mudança ao pretender fixar, pela filosofia, o tempo e o ambiente humano. A lógica da eternidade provoca o desencanto frente à realidade que não corresponde àquela idealizada. Daí, a grande urgência de se recolocar no

(3) Hobsbawm, Eric J. *A Era do Capital, 1749-1875*, Paz e Terra, p. 124, 281.

(4) Iglésias, F., *op. cit.*, p. 112.

lugar o que lhe parece certo, contra as irracionalidades provin-
das da liberdade e seus excessos.

Nesta concepção, os homens não passam de criaturas pobres e estúpidas, sujeitas às forças da história, sobre a qual não exercem controle. Sô hã uma salvação, e esta sô poderã ser en-
contrada em uma instituição autoritãria e unificadora. Assim, a prô-
pria Revolução Francesa não passava, segundo um dos mais represen-
tativos reacionãrios franceses — de Maistre — de uma demonstra-
ção colossal da incapacidade dos homens para se governarem pelo u-
so da razão e dos horríveis excessos humanos da massa. O único ca-
minho para uma sociedade ordenada deve ser encontrado na fê reli-
giosa e em uma instituição que lhe abarque a força coesiva, unifi-
cante e estabilizadora. Esta é a Igreja Catôlica Romana. Apoiando
um deliberado abandono do apelo ã razão nas questões individuais
e uma volta ao catolicismo, sugere que a política se sustente no
retorno benêvolo da monarquia autoritãtia e absoluta. Ao lado de
de Maistre, Chateaubriand em sua obra O Gênio do Cristianismo (1802)
dirige seu apelo ao misticismo sentimental, negando credibilidade
ã razão. A seu ver sô a "santa ignorância" guiada pela sabedoria
da Igreja poderã trazer aos negócios humanos a ordem, a felicidade
e o progresso (5).

No Brasil, a militância reacionãria, a partir de
1921, desenvolve-se nos termos de uma conclamação enfática aos lei-
gos e religiosos para aderirem, conscientemente, aos princípi-
os doutrinãrios tradicionais católicos. Toda batalha desenvolvida pe-
los agentes defensores deste novo ideãrio tem por objetivo maior

(5) Touchard, Jean. *História das Idéias Políticas*. Publicações Europa-América
volume 6, p. 125 e s.

a influência moral do catolicismo na vida pública e a esperança de ver a Igreja exercendo esse influxo não sō sobre as massas populares, mas, principalmente, sobre as elites dominantes. Reconhecem que essa preponderância não é total, como se evidencia nos editoriais da revista "A Ordem", já que entre os próprios católicos permanece a descrença nos destinos da Igreja e em sua capacidade de interferir na educação e orientação social do país, cuja "culpa" recai sobre as lideranças omissas. Admitem ainda que "o agnosticismo e a materialidade" nos quais se deterioram as energias espirituais dos católicos no quadro das relações políticas e sociais no Brasil, não são responsabilidade do Estado, nem de suas pressões, mas das *torrentes de indecisão e feminilidade que fluem obscuramente da alma coletiva* (6).

Jackson de Figueiredo, que expressa com profundidade os anseios dos ideólogos da Reação Católica toma por norma diretriz as palavras de Dom Sebastião Leme em sua Primeira Pastoral à Arquidiocese de Olinda: *Somos uma maioria asfíxiada. O Brasil que aparece, o Brasil — nação, esse não é nosso. É da minoria. A nós católicos, apenas dão licença de vivermos*. Em seu profundo idealismo, Jackson considerava a Igreja a *melhor escola da Ordem*, sonhando para o Brasil, de acordo com os postulados que defende, uma situação organizada, operosa e ordeira. Escrevendo a seu amigo Mário de Alencar, em carta datada de 27 de janeiro de 1919, revela a firme intenção de interferir nos rumos do país: *Se eu não morrer, digo-lhe sem vaidade, porque não se trata de literatura, se viver mais dez anos, deixarei ao meu país uma história singu-*

(6) Meneses, José Rafael. *Antologia* — Jackson de Figueiredo, *Agir*, p. 76.

lar, o que se poderá chamar uma *Suma Sentimental racionada*. Creio no Brasil (7).

Não atingiu esses dez anos, mas viveu o suficiente para deixar marcas profundas de sua militância na construção de um ideário. Ideário este que se estenderia, na forma de doutrina, para além de seu próprio círculo até os dias de hoje, difusa ou explicitamente decalcado em muitas ideologias conservadoras atuais da vida nacional. Depois de Jackson, neste país não é incomum a presença de discursos conservadores que apresentem o real fragmentado e cingido pelo terrível hábito de aceitar o concreto em termos de uma ordem definitiva. A partir dela, qualquer transformação é mais possibilidade de destruição que de progresso (8).

1. CATOLICISMO E NACIONALISMO

É interessante observar que a Doutrina Reacionária Católica que se desenvolve no Brasil a partir de 1921, com a fundação da revista "A Ordem" e depois com o Centro D.Vital(1922), nasce sob o signo do nacionalismo já professado por Jackson de Figueiredo, na forma de um culto ao passado e nas crenças e valores tradicionais que constituem a nação. Para isso, inspirou-se, principalmente, nas idéias do "Nacionalismo Integral" da escola de L'

(7) Teixeira, Maria de Lourdes. Jackson de Figueiredo: um homem medieval, Suplemento Cultural do Estado de São Paulo, 8/7/79, ano III, nº140, p. 12.

(8) Vieira, Evaldo A. Estudo sobre a atitude conservadora: três momentos, in Revista Difusão, São Paulo, Diretório Acadêmico da Escola de Sociologia e Política, 1972, ano II, nº 5, p. 28.

Action Française (órgão do nacionalismo integral), fundada por Charles Mourras, no movimento tradicionalista e nacionalista português, defendido por Antônio Sardinha (o Integralismo Lusitano) e nos teóricos da contra-revolução: Joseph de Maistre, Edmund Burke, de Bonald, Taine, Barrês, Louis Veillot e outros. Assim, Jackson de Figueiredo expressa um catolicismo contra-revolucionário, tradicional, monarquista e principalmente ultramontano (tanto na ortodoxia de sua própria religião como em política e literatura), volta do contra a ameaça protestante, a atividade maçônica e os judeus, na defesa intransigente da ordem, da disciplina, da legalidade e da obediência indiscutível ao poder civil.

A escola de Action Française recusava obstinadamente a democracia liberal, tal como pregava seu principal representante e fundador Charles Mourras. A seu ver, as sociedades são "fatos que têm origem na natureza e na necessidade", concluindo como indispensável encontrar as lições na história e na experiência ao preconizar como solução a monarquia. Mourras é ainda defensor de uma nobreza hereditária e vê a mobilidade social como um desperdício do "rendimento humano". A exemplo desse autor francês, Jackson admite a necessidade da formação de uma "elite intelectual" que venha resolver, através de uma ação regeneradora dos princípios católicos, aquilo que, no seu entender, constitui-se no "espetáculo sombrio da voragem em que despenha a humanidade e com ela a sociedade brasileira". Sua adesão às idéias defendidas pela escola da Action Française acentua-se com a aceitação de um de seus princípios fundamentais: "o anátema contra tudo que lhe pareça estranho", pois delibera e age fundamentando-se em uma visão catastrófica, cuja "causa" estaria no desfalecimento das virtudes apos

tônicas e na postergação do magistério das verdades eternas. Da mesma forma, condena "os três R": a Reforma, a Revolução e o Romantismo, posto que entende a Reforma como o início do processo de desagregação do ocidente; o Romantismo como uma continuação literária, filosófica e moral da Revolução e esta, a causa dos males sociais.

Ao elaborar o programa do que se convencionou chamar Escola Católica, da qual a revista e o Centro D.Vital constituem-se em órgãos de divulgação, Jackson de Figueiredo, na liderança do grupo de intelectuais católicos, estabelece como propósito fundamental, dar continuidade ao processo de restauração do espiritualismo no combate de tudo que se anteponha aos interesses da Igreja. Este projeto beneficia-se com sua experiência nacionalista, iniciada a partir de 1919, como integrante do grupo criador da Propaganda Nativista (uma sociedade de caráter eminentemente político, amparada nos ditames do mais puro e acrisolado patriotismo sob a evocação poderosa do imortal patrono Floriano Peixoto) (9).

Faziam parte da Propaganda Nativista, além de Jackson de Figueiredo, Álvaro Bomilcar e Tasso da Silveira. Essa Propaganda defende os seguintes ideais econômicos, políticos e sociais: a emancipação financeira e econômica do Brasil, a nacionalização da imprensa e do comércio de retalhos, o desenvolvimento das ideias republicanas e democráticas, o aumento para oito anos do período presidencial, a criação de um Conselho de Notáveis incumbido do estudo dos problemas nacionais, o combate da influência da

(9) Trindade, Hêlgio. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*, Difel, p. 22.

moderna civilização européia, a mudança da capital do país para Goiás, o impedimento de participação de estrangeiros em eletivos e empregos públicos, mesmo quando naturalizados, a restrição aos estrangeiros para aquisição de bens e imóveis, combatendo a projeta-da Confederação Luso-Brasileira, a intensificação nas escolas do ensino cívico e dos ideais nativistas e o estímulo à reivindicção dos direitos do proletariado de acordo com a orientação nacionalista (10).

Jackson, em 1920, elabora o programa da Ação Social Nacionalista fundada e dirigida pelo Conde de Affonso Celso, objetivando tornar-se o "movimento de cúpula do nacionalismo", ao reunir mais de cinquenta associações cívicas inspiradas nos ideais da Propaganda Nativista, nos Mandamentos do Patriota Brasileiro e no jornal Gil Blás. Este jornal, fundado em 1919, dirigido por Alcebiades Delamare, faz parte do conjunto de periódicos que surge simultaneamente com o despertar nacionalista, o qual se origina com a 1ª. Guerra. São dessa época também a Revista do Brasil (1916) e Brazilêia (1917). O nacionalismo brasileiro tem por precursores: Euclides da Cunha (1902 — "Os Sertões"), Monteiro Lobato e Alberto Torres. Estes últimos também representam relevantes movimentos literários da época e o envolvimento com os rumos nacionais.

Euclides da Cunha expressa, em um primeiro momento, a reconciliação dos intelectuais com a realidade brasileira, ao denunciar a "situação de abandono das populações regionais do país" reunindo elementos de uma tradição em favor da valorização

(10) Trindade, Hêlgio, op. cit., p. 22.

do nativismo brasileiro. A importância de Lobato e Alberto Torres se faz sentir na continuidade ã tomada de consciência, que se inicia com Euclides, e na afirmação do nacionalismo. Alberto Torres — assim como Monteiro Lobato — tem a preocupação de salvagardar a unidade nacional ao levantar a questão da indústria nascente no Brasil contra a concorrência estrangeira.

Em setembro de 1916, Pedro Lessa e Miguel Calmon fundam a "Liga de Defesa Nacional" como decorrência da campanha realizada pelo poeta Olavo Bilac em favor da obrigatoriedade do serviço militar. A campanha denominada Civilista, desencadeou entre outubro de 1915 e fins de 1916, em todo país, a intensificação do sentimento nacionalista, cuja culminância ocorreu posteriormente com o movimento modernista. O Centro Nacional e a Liga Nacionalista são também inspirados no Civilismo de Bilac que se ampliava intensamente.

A figura de maior destaque dessa primeira fase nacionalista é o escritor Álvaro Bomilcar que em 1916 publica "O Preconceito de Raça no Brasil", tornando o nacionalismo um movimento mais radical ainda. Esta radicalidade de Bomilcar torna-se facilmente verificável nas publicações da revista "Brazilêia" editada no Rio de Janeiro. Bomilcar, ao lado de Arnaldo Damasceno Vieira, desfralda sua bandeira na forma de um nacionalismo mais exxaltado do que coerente, expressando forte intransigência contra os portugueses residentes no Brasil e defendendo uma política exclusivamente brasileira, livre de interferências. Trata-se de um nacionalismo mais restritivo que o de Alberto Torres e Lobato ao enfatizar, sobretudo, uma postura anti-lusitana, tendência então

observada nas capitais de muitos estados brasileiros,principalmente, no Rio de Janeiro.

Jackson de Figueiredo recebe influência marcante de Álvaro Bomilcar e publica em 1921 "Do Nacionalismo na Hora Presente", no mesmo ano em que funda "A Ordem". Nessa obra Jackson sintetiza sua visão, afinidade e divergências com o nacionalismo brasileiro, agora como porta-voz da reação católica.

Nas primeiras páginas do opúsculo, o autor revela seu rompimento com Álvaro Bomilcar. No entanto, em nome de sua coerência pessoal, Jackson afirma-se adepto das idéias defendidas por ele e reconhece-lhe o mérito de lhe ter revelado os princípios norteadores de sua visão: o nacionalismo enfaticamente anti-lusitano.

Jackson parte do princípio que o nacionalismo brasileiro necessita de organização, pois observa a multiplicidade de tendências, muitas vezes opostas. Sugere, por isso, que se busque efetivar uma coordenação do movimento através da elaboração de uma "magna carta" com caráter dogmático, que possa servir de parâmetro para todas as associações ligadas ao empenho de nacionalização do Brasil. A insensibilidade manifesta de Jackson para o econômico e o social impedem-no de vislumbrar a extensão do movimento, confinando-o a uma atitude eminentemente lusófoba.

É interessante observar que o nacionalismo dos anos 20 não é unidimensional porque exalta, além da atitude anti-portuguesa, as virtudes cívicas e militares e uma dimensão econômica e anti-imperialista (11).

(11) Trindade, Hêlgio. *Integralismo — o fascismo brasileiro na década de 30—* Difel, p. 24.

Ao definir o conteúdo de suas convicções nacionalistas, Jackson depara-se com o que ele julga ser "um lastimável dilema" no que se refere às radicalizações contra o português. A seu ver, algumas delas são exageradamente extremistas e pecam por seus excessos, pois a crítica nacionalista deve excluir os portugueses que acatam as leis brasileiras e respeitam as tradições nacionais, demonstrando, de certa forma, uma gratidão ao país que os acolhe.

Ao discutir o significado do nacionalismo no Brasil, no contexto do opúsculo mencionado, Jackson critica as colocações feitas pelo autor português Antônio Sérgio, em cuja obra "Ensaaios" faz distinção entre nacionalismo e patriotismo. Para ele o patriotismo é a realização de uma idéia política por uma elite, ao passo que o nacionalismo é algo que se confunde a "um espírito universal". No entender de Jackson, o patriotismo e o nacionalismo constituem uma única realidade, pois o nacionalismo nada mais é que o mesmo patriotismo na sua mais alta expressão (12).

O ponto de vista de Jackson acerca do nacionalismo deixa transparecer seu conteúdo ético e psicológico. Refere-se a ele como *expressão de uma política fraterna e solidária*, amparada em *leis positivas da moral e da razão*. Sô isto já explica por que, aos católicos, cabe a vanguarda do movimento nacionalista. O nacionalismo encontra sua identidade no passado católico, a qual se expressa como uma "unidade" do domínio moral, pois o catolicismo identifica-se com os ideais patrióticos e nacionalistas tendo

(12) Figueiredo, Jackson. *Do Nacionalismo na Hora Presente*.

por base a tradição e os elementos históricos com que se arma e constrói o corpo doutrinário dos que compõem e fazem propriamente a nação (13).

O nacionalismo de Jackson encarna, ainda, o espírito do catolicismo ultramontano ao combater a ameaça protestante, a maçonaria e os judeus que controlam o capitalismo internacional, apoiando-se, sobretudo, no culto ao passado nacional e nas crenças e tradições. Nesse sentido, o nacionalismo expressa-se como um empenho ao buscar para o Brasil sua própria personalidade como nação respeitável no mundo contemporâneo (14). Isso se revela em considerações como esta: *Quero que o Brasil seja tão respeitado quanto qualquer deles quer que sua pátria o seja. Eis tudo* (15). Refere-se aqui aos estrangeiros que vivem no país.

Para o nacionalista a pátria, é, segundo Jackson, "um dado indiscutível", isto é, um dado de ordem prática e não um mero conceito. Por isso, o nacionalismo deve guiar-se pela "tradição", regra diretora e universal na revelação da consciência nacional.

Jackson entende que a mais difícil missão do verdadeiro nacionalista consiste na crítica às tradições da pátria, embora todas devam ser respeitadas. Porém, sobre algumas, deve-se fazer "apologia" para que possam transformar-se em "dogmas" para todos os membros da sociedade. Mas, para aqueles que possuem

(13) *Revista A Ordem* — Editorial, ano I, 1º, 1921, p. 13.

(14) *Iglêsias, Francisco, op. cit.*, p. 126.

(15) *Revista A Ordem* — Editorial, ano I, 1º, 1921, p. 13.

a concepção da "tradição integral"*, torna-se embaraçoso admitir que a regra universal resulte de uma revolução — ruptura — entre os povos colonizados e as metrópoles. Essa revolução só pode ser aparente, pois a "Revolução" é por si só um conceito condenável, daí o fato de atribuir-se ao termo uma "significação limitada".

A "regra universal", segundo Jackson, de acordo com a afirmação feita por Joseph de Maistre, *é aquela que permite a cada homem venerar unicamente os dogmas nacionais, devendo, somente a eles fidelidade e obediência* (16). Observa, ainda, que a tradição vê-se ameaçada por aquilo que ele denomina de *cultura metéque infensa à idéia de pátria* (protestantes, judeus, maçons, ianques) que ao lado do liberalismo almeja transformar a nação em um campo de experimentação anárquica (17). Além disso, a soberania, a seu ver, só se concretiza ao serem definidos os "dogmas nacionais".

No Brasil, segundo Jackson, cabe ao Catolicismo, dentro do espírito que arregimenta as forças nacionalistas, estabelecer um elo de ligação com caráter nacional. A fé torna-se o princípio de unidade histórica entre o país e o mundo e a modeladora da consciência nacional, pois constitui-se na força mais viva de oposição a todas as provações e adversidades. Neste sentido, dentro do contexto da tradição brasileira, a fé atua, como entendem os reacionários, como elemento de unidade formal do caráter da na

* Conceito originário do pensamento de Charles Mourras e de Antônio Sardinha (Integralismo Lusitano).

(16) Revista A Ordem, ano I, nº1, 1921, p. 13.

(17) Figueiredo, Jackson. A Reação do Bom Senso, Anuário do Brasil, 1922, p. 246.

ção, motor determinante da almejada aspiração de autonomia (18).

Ao identificar o nacionalismo brasileiro com os princípios católicos, com o trabalho desenvolvido pelos jesuítas e com os valores da visão portuguesa, frutos da colonização, Jackson nega aos portugueses quaisquer privilégios, criticando seus excessos ao pretenderem direitos iguais aos brasileiros. As palavras de Jackson denotam claramente sua posição acerca do nacionalismo: *O verdadeiro nacionalismo brasileiro é aquele que, amando a contribuição do trabalho de qualquer estrangeiro jamais esqueça que o povo brasileiro é o único que aqui pode ter situação privilegiada, jamais esqueça que é aqui tão estrangeiro quanto nós somos em sua pátria, e sobretudo, por especialíssimas razões históricas, impõem aos portugueses aqui domiciliados que também jamais esqueçam que são estrangeiros tanto quanto o francês, o alemão ou o japonês* (19).

Jackson quer, como outros de seu tempo, entre eles Lima Barreto, Antônio Torres e Álvaro Bomilcar, questionar o que considera "abuso" por parte de alguns portugueses que residem no Brasil. Atribui a "culpa" pela existência dessa "atmosfera artificial ao liberalismo excessivo" das leis que vigoram no país e a seus próprios dirigentes. Jackson entende que é a falta de zelo e firmeza das autoridades que possibilita a ocorrência destas prerrogativas para alguns "estrangeiros".

Neste sentido, a crítica endereçada por Jackson

(18) Figueiredo, Jackson, op. cit., p. 30.

(19) Figueiredo, Jackson. *Do Nacionalismo na Hora Presente*, p. 45.

aos portugueses perde-se em colocações passionais, graças à sua insensibilidade para perceber o processo das transformações originadas nas relações travadas no contexto do capitalismo internacional, cuja dependência dificulta o desenvolvimento brasileiro. A influência externa sô é apreendida por ele na perspectiva de uma leitura fragmentada do real, na qual o agente imperialista é ainda Portugal, entendido como ameaça à soberania da nação. A realidade escapa-lhe na sua totalidade, através de análises preconceituosas e confusas, nas quais o que transparece é a superficialidade que se evidencia em afirmações como esta: *Todo imperialismo que contra nós exercer, guerreiro ou comercial — imposto pelas armas ou pelo sofisma àquela tradição, ajudado entre nós pela incúria governamental ou pelo nosso mórbido sentimentalismo, hã de ter em mim, católico e brasileiro, embora humílimo, um inimigo declarado* (20).

Apesar da crítica jacksoniana aos portugueses, a esse tempo a dominação econômica do Brasil já transitava da Inglaterra para os Estados Unidos.

2. A ORDEM CONTRA A REVOLUÇÃO

Na década de 20 começa a esboçar-se no Brasil uma mutação ideológica motivada pelas transformações econômicas e políticas originadas com a Primeira Guerra. Os intelectuais bra-

(20) *Revista A Ordem*, ano I, 1921, p. 13.

sileiros passam a questionar a realidade nacional, agora sob um novo enfoque: o sociológico, marcado pela influência spenceriana e evolucionista superando o filosofismo do tempo do Império, visando encontrar soluções que permitam criar um espaço de autonomia econômica, política e social, além de um pensamento independente das influências estrangeiras.

É no contexto dessas mutações que se origina a produção do conteúdo ideológico do reacionarismo da Escola Católica, configurando-se como doutrina, cuja característica é o confronto com quaisquer pensamentos que se oponham à influência da Igreja — principalmente o liberalismo — que cada vez mais ganha espaço no Brasil, nos meios intelectuais e políticos.

Jackson de Figueiredo inicia sua militância ao tomar como ponto de partida o princípio de uma ordem justa que se afirma na obediência da lei e da autoridade constituída, contra qualquer manifestação que pareça revolucionária, pois entende que a falta de ordem na política e na sociedade motiva o desequilíbrio, o confusionismo e, em decorrência, o caos social. Na "revolução" encontra-se, portanto, a origem de todos os males sociais.

Optando por um engajamento ideológico contra-revolucionário em nome da preservação e respeito do que julga trazer a harmonia social, define-se politicamente como homem da ação, combativo, ao coordenar o movimento leigo católico de renovação cristã.

Na década de 20, as questões sociais tornam-se mais

agudas. Isto se deve a transição da economia inicialmente voltada ao comércio exportador de produtos primários, para uma economia que, progressivamente, se industrializa. Tal transição ocorre apesar da limitação do modelo exportador para engendrar novas divisas, dada a base estreita em que se assentava: apenas um produto primário — o café. De um modo geral, o desenvolvimento do setor exportador abriu espaço a um processo de urbanização mais ou menos intenso ao longo do qual se iam estabelecendo as indústrias de bens de consumo.

É importante assinalar que o Brasil atrelava-se ao quadro da divisão internacional do trabalho, imposto pelo próprio processo de desenvolvimento dos países hegemônicos, do qual decorria, uma divisão do trabalho social para os países periféricos, totalmente distinta da do centro. No entanto, no desdobramento desse processo que se verifica na década de 20, observa-se um deslocamento do "pólo dinâmico" da economia na direção do mercado interno, que, em consequência, cria uma situação nova na economia brasileira. As transformações econômicas engendram no quadro das relações sociais a presença de forte inquietação, traduzindo-se em movimentos revolucionários.

O desenvolvimento da indústria permite a organização autônoma da burguesia industrial ao mesmo tempo que promove o crescimento das camadas médias e populares.

A luta política acentua-se pela readicalização das classes médias que buscam um espaço de atuação maior, dificultado pelas instituições arcaicas do Estado se mostram incapazes

zes de absorver esses segmentos. Por outro lado, configurando uma luta paralela, o movimento da jovem oficialidade exprime a insatisfação reinante contra o monopólio do poder pelos partidos republicanos regionais, contra as fraudes eletivas e o intervencionismo militar nos Estados, em nome da preservação dos interesses dominantes.

Outro fator dessa luta política nasce com as divergências entre as oligarquias, que expressam acima de tudo uma luta pelo poder que se acalora na época das sucessões. A burguesia industrial alia-se à oligarquia cafeeira, porque, no geral, era na agricultura que os industriais tinham seu principal mercado consumidor, bem como, a fonte produtora de matéria-prima, o fornecimento de capitais geradores das divisas requisitadas para a importação de matéria-prima e bens de capital, ainda não produzidos no Brasil.

No entanto, os interesses entre ambas se chocam, gerando contradições que alcançariam graus acutíssimos se não ocorressem duas circunstâncias atenuantes: a presença de um certo protecionismo promovido pelo Governo relativo às tarifas alfandegárias (condição de desenvolvimento da produção industrial) e uma política cambial fundamentada no "câmbio baixo" (ou desvalorização da moeda) que interessava tanto aos cafeicultores como aos industriais. Para estes, essa política é benéfica ao promover o encarecimento dos produtos importados, motivando a massa consumidora a comprar os nacionais. Por outro lado, a oligarquia ligada ao comércio exportador aplaude a inflação e a cotação baixa do câmbio, pois assim os intermediários podem pagar-lhes melhores preços e também ganham sobre os estoques.

Os políticos, desvinculados da realidade, satisfazem-se em "solucionar" os problemas (a nível retórico) ou propondo a reformulação de leis eleitorais ou da justiça. Trata-se de uma política de temporização que atende as reivindicações imediatas, relegando, sempre a planos secundários, as reais necessidades. Esta política morna, deste forma, acomoda-se num exercício vão e inoperante, sem se ater aos problemas básicos.

Os acontecimentos que se iniciam a partir de 1922 alteram a aparente calma reinante no país: o movimento tenentista, a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista. Revelam os anseios, as inquietações e desencantos diante da realidade econômica, seu credo e sua prática política. Nesse mesmo ano, Jackson de Figueiredo funda o Centro D. Vital, dando prosseguimento a "vitalização" do Catolicismo, já iniciada com as publicações da revista "A Ordem". Na reação contra a desordem e anarquia, identificadas nas sedições militares, cristaliza-se também um outro tipo de nacionalismo, na defesa da acuada autoridade.

O reacionarismo, nos termos de um ideário radical, passa a ser complementado nas obras políticas que Jackson edita pelo Anuário do Brasil e pelo Centro D. Vital. Entre elas ressalta-se A Reação do Bom Senso (1922), na qual Jackson desenvolve uma análise sócio-política do momento histórico, declarando-se inimigo de todas as manifestações revolucionárias tidas por ele como "o mal", advindo do conceito de liberdade criado pela reforma protestante e extremado pelas idéias revolucionárias de 1789.

Jackson almeja o confronto político, ao posicionar-se como reacionário, representante da resistência e da contra-re

volução, em combate aberto ao "demagogismo" e ao "militarismo de quinta classe" (21). Quer reatar e moralizar através de uma "elite" que formule uma política a que a massa obedeça, como expressão dogmática, pelo sentimento. Demonstrando sua inquietação com a balbúrdia dos quartéis, das ruas e dos demagogos, quer disciplinar e impedir que se avolumem as transformações revolucionárias de importância decisiva na história do país. Apega-se à argumentação — a seu ver ineludível — dos princípios tradicionais da Igreja, sob a ótica dos autores franceses que representam a contra-revolução, principalmente Joseph de Maistre, o visconde de Bonald e Charles Mourras, ao ridicularizarem as pretensões racionalistas do século XVIII.

Empolgado com os princípios doutrinários franceses, Jackson os absorve, adaptando-se à doutrina que irá se estruturar no Brasil. Admite, a exemplo desses autores, que o poder não nasce da soberania popular, nem se justifica por ela, mas é algo que preexiste à sociedade, autenticada pelo tempo e pela tradição nacional. Para ele, *tal como entendia de Maistre e sua obra Du Pape, é preciso opor aos sonhos universalistas e às pretensões racionalistas, as lições da experiência e da sabedoria providencial.* A história passa a ser vista como uma sucessão de eventos subordinados aos desígnios da Providência, em uma sequência pré-estabelecida, na qual as ações humanas apenas expressam a vontade divina, contra o que nada deverá prevalecer. Tal como de Bonald em Théorie du pouvoir politique et religieux, Jackson reconhece a história como uma autoridade incontestável em política e a Igreja — em matê

(21) Figueiredo, Jackson. *A Reação do Bom Senso*, Anuário do Brasil, p. 29.

rias religiosas — uma autoridade infalível.

Na perspectiva dessas autores, Jackson admite que os indivíduos nascem para servir o Estado, e as relações indivíduo-sociedade sempre impõem deveres por parte do primeiro para com o segundo. Para os tradicionalistas, as bases teocráticas do Estado implicam sempre em acatamento e obediência para com a autoridade constituída. Por isso, afirma de Maistre em Réflexions sur le protestantisme que: *A natureza do Catolicismo faz dele o amigo, o conservador, o defensor mais ardente de todos os governos* (22).

Em sua obra A Coluna de Fogo, publicada em 1925, Jackson reitera sua tese já apresentada em A Reação do Bom Senso afirmando que: *para o Brasil vale mais a pior, a mais triste e mesquinha legalidade, que as incertezas da mais generosa revolução* (23). Para ele as revoluções sociais denotam a decadência das instituições republicanas e exprimem uma "desordem" cuja origem encontra-se no abandono dos princípios cristãos. Afirmando a premente necessidade de dotar o país de uma merecida paz, Jackson identifica apenas uma "fórmula" para combater este estado caótico que envolve a vida pública da nação: "Morte à Revolução", propondo — como de Maistre — a realização de um ideal novo inspirado na vigência de uma contra-revolução. Jackson expressa-se nestes termos: *o ideal novo, a coluna de fogo é a contra revolução, mais do que isto: é o oposto da revolução, é a fé na idealidade construtiva, na força do espírito* (24). Ele reconhece que o Brasil mudara

(22) Touchard, Jean. *História das Idéias Políticas*, Publicações Europa-América vol. V, p. 117.

(23) Figueiredo, Jackson. *A Coluna de Fogo*, Ed. do Centro D.Vital, Anuário do Brasil, p.44.

(24) Idem *ibidem*, p. 50-51.

e quer coibir as manifestações dessa mudança, muitas vezes violenta, através da valorização dos princípios morais. Aponta, para isso, o caminho da militância católica ao afirmar que o católico deve estar em constante vigilância, e, se necessário, em permanente revolução contra o domínio tirânico no qual preponderará o *instinto e a paixão*' (25).

Em sua análise sobre a fisionomia revolucionária que se manifesta na "Reação Republicana", rastilho de uma crise que se processa em função de divergências entre os situacionistas locais, Jackson questiona o rumo dos acontecimentos e critica o "soldado", cuja missão é, a seu ver, a de "encarnar um princípio de disciplina social".

O espaço aberto pela divergência momentânea entre grupos situacionistas permite a participação das classes populares, principalmente a classe média, que almejava mudanças.

A campanha político-eleitoral pela sucessão de Epitácio Pessoa, conhecida com o nome de "Reação Republicana", reúne inúmeros fatores de instabilidade presentes na Primeira República. Pela oposição, o candidato Nilo Peçanha e seu vice, J.J. Seabra expressam uma continuação do despertar cívico iniciado por Rui Barbosa como candidato em 1910 e 1919, contra o candidato da situação Arthur Bernardes. Ambos apresentavam uma plataforma amorfa que se traduz em linguagem vaga. A Reação Republicana apóia Nilo Peçanha agregando as máquinas políticas da Bahia, Pernambuco, Rio

(25) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 44.

de Janeiro e Rio Grande do Sul, estados nos quais se encontravam os principais redutos das oligarquias periféricas em oposição ao poder central, dominado pelo acordo político entre São Paulo e Minas Gerais, conhecido como política do "Café-com-leite", (iniciada por Campos Salles através da Política dos Governadores).

Nilo Peçanha divergia da realidade política motivado por sua ambição pessoal, não acrescentando por isso nenhuma crítica mais profunda. No entanto, a campanha demonstrou que existia no país uma vontade e uma necessidade de modificação, capitalizada pelo candidato. Por outro lado, a questão militar vai dar um tom violento à campanha, aparentando ser, no início, apenas um elemento favorável a Nilo, quando seu objetivo é tentar afastar Artur Bernardes pelo que ele representa. Daí a ambigüidade de seu discurso: um conservador e outro revolucionário.

Neste panorama, sob o manto das intrigas sucessórias no confronto das forças sociais, as tendências íntimas de 1922 deixam de amadurecer graças à desfiguração feita pela camada dirigente, que as absorveu, renovando-se. Apenas um aparente paradoxo, pois prevalecia os interesses do grupo no poder.

À revelia da força da própria Reação Republicana e da participação militar, vence o candidato da situação, Artur Bernardes. A vitória não significou a superação da crise, pois os militares e a dissidência continuaram equacionando suas forças para opor-se ao sistema considerado ilegítimo. Por outro lado, Artur Bernardes, após sua posse, utiliza-se de todos os recursos para punir seus opositores, desde a intervenção federal nos Estados der-

rubando a situação local, até o apoio velado a facções de oposição. A radicalização militar, em oposição ao desenrolar da campanha, resultará no levante de 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana. Esse levante denota o inconformismo dos tenentes com a situação vigente e a política adotada. Sufocada pelas forças legalistas, esta rebelião configura-se como a primeira de um longo ciclo de revoltas.

Jackson não admite a insubordinação militar que se desenvolve paralelamente à oposição como um movimento contra o poder constituído. Para ele, quebra da disciplina militar configura-se como um crime contra a sociedade, pois esta confia-lhe a realização de seus fins morais e materiais. Por outro lado, entende ter sido a impunidade dos soldados que se rebelaram em julho de 1922, levados ou "pela loucura política" ou pelo "fanatismo partidário", que motivou dois anos depois a ocorrência de outro levante militar em São Paulo.

Neste processo de transformações, a oligarquia dominante sentira pela primeira vez a necessidade de reforçar-se, adotando novas medidas legislativas e executivas contra as dissidências e o exemplo de 1922. Desde a posse de Bernardes, o país viveu sob o estado de sítio, em regime policial. Não era melhor a situação econômica, revelada na péssima situação cambial, nos déficits orçamentários, na queda da exportação e na diminuição da renda interna. A medida adotada pelo governo foi o alargamento do crédito para dar sustentação ao preço do café. Porém continua sendo grande a preocupação do governo com a situação política que se ampara na manutenção do estado de sítio durante quase todo quadriên-

nio da gestão de Artur Bernardes, completada com o controle de to das as informações e com a censura nos jornais.

Dando prosseguimento às lutas armadas, em 1923 eclode no Rio Grande do Sul a Revolução Libertadora que não foi propriamente contra o governo federal. Tratava-se de um movimento civil dirigido por grupos pertencentes à oligarquia gaúcha na oposição. Pacificado pelo próprio ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, (que o via com certa simpatia) através do Pacto das Pedras Altas colocava-se fim ao conflito entre o partido situacionista, o PRR e a oposição gaúcha. Mais uma vez Bernardes utiliza-se do intervencionismo, a exemplo do que já havia ocorrido no caso fluminense, quando conseguiu do Congresso a intervenção no Estado do Rio de Janeiro.

O ano de 1923 findava sob o controle completo de Bernardes. No entanto, sob a aparência de calma, os militares articulavam-se para outra tentativa revolucionária através dos oficiais sediados em vários estados, com intuito de prevenir um descalabro maior para o país diante dos "erros e crimes" cometidos pelo governo. O estopim da revolta foi o julgamento dos implicados no Levante de Julho de 1922 e a forma da condenação. Isso motivou alguns setores das forças armadas a se rebelarem contra o governo central. O general Isidoro Dias Lopes à frente do movimento, liderando os "tenentes" dominou em 1924 a cidade de São Paulo durante quase um mês.

O envolvimento de múltiplos setores da população paulista e da própria Força Pública não impediu a expulsão dos revoltosos que esperavam o apoio dos tenentes de outros estados.

Após a retirada de São Paulo é que os tenentes tiveram notícias dos movimentos do Mato Grosso, Sergipe, Paraná e Amazonas. Porém a grande esperança era o Rio Grande do Sul, cuja inquietação foi confirmada por certas informações. Novo levante ocorre no Rio Grande do Sul em 1924, dando origem, após alguns cercos, à Coluna Gaúcha, que se transformaria na legendária Coluna Prestes — Miguel Costa, iniciando sua marcha pelos sertões do Brasil — até 1927 — na tentativa de sublevar os camponeses. O processo revolucionário dos anos 20 teria seu triunfo em 30, marco da confluência entre a radicalização política das classes médias e a dissidência interna das oligarquias como o desfecho de um momento político da história do Brasil.

As análises de Jackson de Figueiredo sobre a sequência revolucionária denotam sua posição assumida em defesa do governo e a parcialidade de seu julgamento. Por não perceber a importância dos eventos, limita-se a criticar o caráter de indisciplina e revolta como quebra da honra militar pela incivilidade. Sua argumentação desenvolve-se com base na preservação do princípio filosófico e moral acerca do que entende ser a "verdadeira nação".

A seu ver, a autoridade deve preponderar acima de tudo, devendo a "elite do país" empenhar-se na prevenção revolucionária "que mantém viva e ameaçadora a chama das contradições". Sugere a reformulação das leis como forma de garantia da "suprema autoridade", instituindo para toda nação uma "disciplina interior". Nessa perspectiva, o Exército só será disciplinado se a nação também o for, e as classes sociais formarem um quadro de disciplina, de harmonia, um ambiente de ordem capaz de gerar o

espírito de sacrifício quase sobrenatural, necessário para a tranquilidade da vida militar. Esta situação de legalidade poderá ser atingida através de um partido político único: o partido brasileiro, expressão da ordem e do poder.

Para Jackson de Figueiredo — de acordo com Charles Mourras — a Igreja é a mais poderosa escola de disciplina conhecida no mundo, devendo servir de modelo à civilização, pois guarda através de "seu bom senso hierarquizador", a tradição e a ordem nacional.

A reação contra a anarquia e a desordem utiliza-se do conceito abstrato de "revolução", apregoada de forma indiscriminada a múltiplos aspectos das manifestações sociais, entendendo o liberalismo e o socialismo como "calamidade revolucionária". Jackson inclui o caudilhismo, o demagogismo, o militarismo e o positivismo como aspectos do difuso conceito de revolução, que se apresenta diluído. No discurso reacionário, a tônica não é o comunismo, distante que se encontrava do mito soviético, temido por todos. O objetivo é deter as forças em expansão, na obsessiva preocupação de traduzi-las e encaminhá-las quando se confrontam com o aparelho estatal. Jackson propõe que a vanguarda da nação seja constituída de um quadro superior, pela "elite católica", filtrada entre os elementos tradicionais, de cima para baixo. Por essa elite o povo deverá ser educado e disciplinado, pois o catolicismo, e somente ele, poderá defender o que Jackson denomina "a íntima contextura cristã da consciência brasileira".

A tumultuada campanha política pela sucessão de Epitácio Pessoa, configurada pela Reação Republicana e a Questão

Militar, motiva Jackson de Figueiredo a desenvolver suas críticas em defesa de questões que constituem expressão do ideário da ordem na tentativa de solucionar os problemas nacionais. Como observador comprometido com determinados princípios, parece-lhe inevitável, denunciar e reagir, segundo o enfoque peculiar do tradicionalismo no Brasil. Falta-lhe a indispensável perspectiva de distância sobre a realidade nacional, pois deixa-se levar pela impressão instantânea e ocorrências imediatas. Isto faz com que seus julgamentos sejam eivados de colocações indevidas, severas e equivocadas. As transformações sociais dessa realidade que vivencia são condenadas como "erro", "desvio da verdade", "desvario dos homens ávidos por corromper a ordem e promover a discórdia".

A seu ver, a pretensão de igualdade torna-se absurda, pois os homens são naturalmente desiguais, dispostos em uma estrutura hierárquica, com diferentes atribuições a cada um. Os que mandam e os que devem obedecer realizam os desígnios divinos. Por isso entende os movimentos pela libertação, como expressão de falsidade, de vício e de ambição desestabilizante (26). No entanto, Jackson expressa um momento da vida brasileira, dentro do ideário que convive com o paradoxo, ao atribuir um valor quase que absoluto à história. As contradições da hora agitada, que se revelam nas crises da transição para o Capitalismo, permitem o confronto ideológico com liberalismo de conteúdo diverso que ampara reivindicações indefinidas. A ilusão com o liberalismo individualista de 1919 se exaure em uma espécie de devastação, cedendo lugar à ação do Estado que passará a assumir o papel de intervenor nos processos econômicos e nas relações sociais. Dessa forma

(26) Iglésias, F. *Estudo sobre o pensamento reaccionário*, p. 112.

atenua as contradições advindas dos interesses dos setores excluí dos da participação social. Sua estratégia conciliatória em nome da "harmonia social" deve rejeitar agora a democracia liberal.

Nesta devastação liberal da década de 20, a ideologia da ordem, em nome do nacionalismo, da autoridade e da tradição, se amoldará ao presidencialismo reformado de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes (27). Repudiando os dogmas que antes legitimavam as instituições republicanas, Jackson de Figueiredo assume ir restritamente o ponto de vista do clero a favor da restauração da ordem, contra os acontecimentos identificados como "crise de autoridade". Entende como urgente a união de forças entre os leigos e o episcopado diante do perigo da ameaça de um governo que contrariasse as aspirações da Igreja, "um governo maçônico e positivamente anti-cristão".

Bernardes, candidato do Catete pela sucessão de Epitácio, endossa, para os reacionários, a conciliação com a Igreja, o princípio de autoridade e a garantia da religião, enquanto Nilo Peçanha representa a convergência anárquica e a temeridade do maçomismo.

Jackson repudia na campanha sucessória, as manobras realizadas pelo jornal "O Correio da Manhã" que, ao divulgar o conteúdo de cartas imputadas a Bernardes, compromete-o frente ao Exército. Segundo Jackson, o apoio dado por Edmundo Bitencourt (diretor do periódico) a Nilo Peçanha, não passa de um conluio suspeito, uma aliança imoral, pois antes inimigos declarados, compac

(27) Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder*, Ed. Globo, 2, p. 673.

tuam, agora, contra a autoridade e a ordem (28).

A seu modo, Jackson não fica insensível à presença da ambição pessoal por parte dos postulantes ao poder, cujas plataformas denotam ausência de crítica ao momento político. Esses episódios incitam-lhe o combate e a necessidade de denunciar a precariedade dos debates políticos. Para ele, prevalece o egoísmo voltado a questiúnculas, objurgações e apologias, ficando de fora os problemas mais graves da nação.

Preocupado em buscar soluções, dirige-se aos católicos solicitando-lhes que indaguem em que bases repousam as promessas de cada candidato, lembrando-lhes que Artur Bernardes parece mais sincero que Nilo Peçanha. Enfatiza em seu apelo que a sociedade brasileira alimenta-se e unifica-se através da fé, cabendo aos católicos a responsabilidade de resguardá-la (29).

Para Jackson a opção por Artur Bernardes é a única viável, porque ele representa legitimamente os anseios católicos, pois é apoiado pelo presidente Epitácio Pessoa cognominado "presidente nacionalista", podendo dar continuidade ao estilo de governo que visa restaurar o respeito à autoridade. De fato, Jackson não se engana, pois Bernardes, ao assumir o poder, aciona a máquina governamental pondo em prática medidas autoritárias na forma e no conteúdo as quais excedem à defesa do regime.

É importante assinalar que a reação católica visa

(28) Figueiredo, Jackson. *A Reação do Bom Senso*, pp. 208 a 214.

(29) *Idem ibidem*, p. 35.

mais o esquema governamental do que a desordem das massas ou as questões sociais. Prepondera, como aspecto ideológico indiscutível, a necessidade de enquadrar politicamente os elementos dispersos no sistema dominante e conservador. Nesse quadro o movimento das massas, as classes médias não tinham condições objetivas de aspirar ao comando político do país, pois não reivindicam posição autônoma em meio ao momento de transição para o capitalismo. Seus apelos dirigem-se ao Governo na forma de providências contra a carestia e para obter favores à expansão da indústria. Seus reclamos têm como tônica o abandono de um Estado não intervencionista, preocupado em atender as solicitações do comércio exportador.

Por outro lado introduz-se nas cidades — através da classe operária oriunda dos remanescentes da escravidão, dos migrantes dos latifúndios em desagregação e do contingente estrangeiro majoritário nos centros urbanos — as idéias anarquistas difundidas na Europa, em especial: Portugal, Espanha, Itália e Alemanha.

A influência marxista acentua-se depois de 1917, reflexo da revolução soviética. A fundação do Partido Comunista em 1922 distante está do movimento operário, pois é dominado por intelectuais que se rivalizam em suas dissidências. O anarquismo, base ideológica dos sindicatos, ainda inconsistentes em sua formação, cede lugar, lentamente ao marxismo-leninismo. Não obstante a dispersão e sua fraqueza estrutural, o movimento operário se faz presente no panorama republicano, através de greves e reivindicações. Em 1917, o movimento operário atinge o grau de efervescência quase revolucionário. Se de início o movimento operário conta

va com a simpatia das camadas médias urbanas, à medida que se expande, ao longo da década de 20, essa postura se transforma e as camadas médias desligam-se das reivindicações operárias cada vez mais vistas com maus olhos. Por sua vez, os ideólogos da ordem imprimem ao seu ideário o temor e a crítica com vistas a guardar autonomia contra as exacerbações operárias entendidas como "o grande risco da civilização".

O desencanto de Jackson é evidente diante da situação revolucionária que se amplia cada vez mais no momento político. Para ele, a Revolução — filha da Reforma, do Racionalisismo Cartesiano e dos ideais libertários da Enciclopédia — instaurou a desordem institucional. Jackson não percebe na realidade de seu tempo que a instabilidade da ordem institucional, que tanto o incomoda, é sinal de desgaste, instabilidade esta que se manifesta na Primeira República através de sucessivas crises conjunturais, reflexo da própria mudança estrutural em curso na década de 20, cujo ano básico foi 1922.

Os acontecimentos de 1922 contêm a gênese da transformação da sociedade brasileira entre as duas grandes guerras. Embora não fossem revolucionários no sentido estrito, constituíam-se nos indicadores desse desgaste e derrocada da República Oligárquica. A alteração das bases sobre as quais se apoiava a estrutura política da Primeira República, decorrência do processo de industrialização do pós-guerra, coloca em cena as contradições político-ideológicas, fazendo crescer as contestações do regime. Nesse quadro, os conflitos políticos situam-se entre as contradições internas da própria oligarquia rural e nas revoltas de-

sencadeadas pelos jovens oficiais.

O Rio Grande do Sul foi a pedra de toque dos acontecimentos, pois forma-se nesse Estado uma frente oposicionista (1926). Foi o único estado brasileiro a apresentar partidos de oposição consistentes política e ideologicamente durante toda a República Velha. A Revolução Libertadora de 1923 constituiu-se no ponto de partida de um processo que culminaria por envolver toda a nação.

A partir da assinatura do Pacto das Pedras Altas e a consolidação da Aliança Libertadora em janeiro de 1924 tem início uma série de acontecimentos que ao invés de pacificar o Estado gaúcho evoluem dando continuidade ao movimento revolucionário nos anos 1924, 1925 e 1926.

O PRR passa a perseguir os libertadores, Assis Brasil (na liderança do Partido Libertador) ao lado de alguns oposicionistas questiona a permanência de Borges de Medeiros na Presidência do Estado, ampliando a discussão sobre essa questão local para a regeneração da República. E isto porque as oposições gaúchas perceberam a necessidade de nacionalizar suas atividades políticas para conquistar um espaço satisfatório a nível estadual (30). O movimento aos poucos ampliou-se através da reunião das dissidências gaúchas e paulistas, formando o Partido Democrático Nacional. Esse partido formou-se com os membros do Partido Democrático de São Paulo, organizado pelos cafeicultores também descontentes com os rumos políticos do país.

(30) Vizentini, Paulo G.F. *Os liberais e a crise da República Velha*. Ed. Brasiliense, p. 40.

As críticas dessas dissidências dentro e fora do sistema oligárquico têm como ponto de referência ideológica, o liberalismo, embora limitado quanto à estrutura, pois não almeja reformas sociais ou econômicas, voltando-se apenas aos interesses do grupo dominante. A meta é efetivamente ajustar a situação, sem mudanças.

Por outro lado, a crítica reacionária ao "liberalismo excessivo" das leis que vigoram no país e às próprias autoridades frente ao panorama das crises inerentes às contradições da República Velha, fundamenta-se em dois pressupostos: a fê como princípio de unidade nacional e a ordem social como expressão da paz.

No entender de Jackson, a "situação calamitosa" na qual se encontra o país nada mais é que um "aviltamento contra a harmonia da nação" cuja fonte encontra-se nos princípios niilis-tas e no militarismo inconsequente. A seu ver, o quadro dos acontecimentos denuncia a aproximação do "caos total" culminando na negação da fê.

Só há uma forma de evitar essa calamidade. É na contra-revolução que amparada pela Igreja poderá suscitar o amor consciente às tradições, condição de reconquista da harmonia almejada. Segundo Jackson, é preciso portanto encontrar o "ideal novo" que é a "contra-revolução", na qual a fê e os princípios morais salvaguardarão a nação e o mundo do domínio tirânico e da preponderância do instinto e da paixão (31).

(31) Figueiredo, Jackson. *A Coluna de Fogo*, Edição do Centro D. Vital, *Anuário do Brasil*, p. 44.

III

A POLÍTICA REACIONÁRIA

O exame da política reacionária inicia-se a partir das propostas existentes no discurso católico, principalmente relacionadas com a contra-revolução, com a arte e a estética, apoiando-se sobretudo nos editoriais da Revista "A Ordem".

Inicialmente, não é lícito afirmar que o discurso reacionário no Brasil ocupa um papel de variante, mais ou menos instrumental, do chamado discurso conservador. Isso porque, no contexto no qual se desenvolve, o Reacionarismo apresenta-se dotado de uma especificidade: a de ser expressão de uma contra-revolução jamais ocorrida no país, mais radical que as produções conservadoras e autoritárias presentes nos meios intelectuais da República Velha. Por esse motivo, identifica-se com a luta pela preservação do poder das oligarquias que se articulam, diante dos acontecimentos revolucionários da transição para o Capitalismo.

O grupo liderado por Jackson de Figueiredo — a Escola Católica — organiza-se diante de seu princípio básico contra o movimento revolucionário entendido como algo que traz ao país consequências gravíssimas, pondo em risco a civilização nas suas conquistas morais e materiais ⁽¹⁾. O programa de ação define-se co

(1) Revista "A Ordem", ano III, 1924, julho, nº 36, p. 29.

mo uma estratégia anti-revolucionária voltada contra doutrinas individualistas e materialistas, almejando uma remodelação social ao confundir em seu julgamento as contingências históricas. A defesa da ordem confunde-se também com a da política federal, estigmatizando todas as tentativas de impugná-la. Em outras palavras, opõe-se ao liberalismo romântico e anarquizante que resultaria, segundo a ótica reacionária, no ceticismo religioso, no amoralismo e no desprezo às tradições nacionais.

A oligarquia cafeeira, o grupo no poder, recebe o apoio dos reacionários para sua política que, vista no quadro geral da sociedade brasileira, ao lado da burguesia nascente, constitui-se em um dos dois pólos nos quais se separa a vida pública nacional. Caracteriza-se pelos arranjos políticos, em contraposição ao distanciamento dos novos estratos sócio-econômicos não representados pelo poder oficial. A política reacionária volta-se, portanto, contra qualquer inovação que se apresente na vida social. Nesse contexto, emergem ideologias em conflito graças às transformações decorrentes do processo de urbanização, a vinda de imigrantes europeus para a região centro-sul e o consequente aumento das classes médias e populares.

Assim, o tradicionalismo reacionário do grupo católico, expressando uma visão estática de mundo quando não saudosista, depara-se e confronta-se com uma ideologia liberal de traços anarcóides, com um complexo mental pequeno-burguês, de classe média que combina traços reformistas e liberais (o tenentismo) e com uma atitude revolucionária. Essa relação sõ se torna clara considerando-se a realidade brasileiro em seu pluralismo, na qual os nĩ

veis de consciência se manifestam em ritmos diversos (2).

A estratégia defendida pelos reacionários assume uma posição palpável a favor do poder constituído, que representa os interesses dominantes da oligarquia cafeeira, contra as investidas liberais dos tenentes os quais se manifestam através de revoltas e sedições. A palavra de ordem dos reacionários é submeter-se à autoridade constituída, uma vez que ela representa a ordem e a tradição.

A emergência do confronto entre os grupos excluídos das atividades econômicas e políticas nasce no âmago do processo de industrialização contrapondo-se ao "estilo colonial", através de novas exigências para a modernização das instituições do Estado. A oligarquia cafeeira, para não perder o poder que ainda se concentra em suas mãos, ajusta-se, compactua e faz concessões diante das necessidades impostas pelas relações capitalistas internacionais, impelindo o Brasil à condição de país periférico voltado para atender às exigências externas.

Precisamente nesse contexto, a consciência burguesa passa a sofrer um deslocamento, considerando-se sua gênese, provocado por seus novos interesses diante das crises de expansão da economia urbano-industrial, enquanto o grupo dominante maneja os desdobramentos que visam alterar a ordem estrutural, numa forte oposição à dinâmica das transformações sucessivas.

(2) Bosí, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, Cultrix, p. 343.

Inexoravelmente, este espaço torna-se favorável à ação reacionária através de seu ideário que almeja desmistificar as mudanças inerentes ao processo, repudiando tudo que se oponha à vigência das forças sociais conservadoras. Mas ainda, o Reacionarismo vai além das perspectivas meramente conservadoras ao querer reprimir o impulso revolucionário, em suas múltiplas manifestações, para negá-lo, a fim de retornar à "ordem idealizada", o que o faz rejeitar, por conseguinte, a própria história e sua dinâmica.

O discurso reacionário apresenta ainda um conteúdo que evidencia o primado ideológico sobre o literário, pois permanece, acima de tudo, uma preocupação fundamental com a ação. Sua característica configura-se na renúncia ao individualismo intelectual porque se apresenta como uma forma de engajamento em nome de uma causa: a reação contra os desmandos de um romantismo político amparado pelo ideal libertário. Manifesta-se, portanto, como um discurso político que procura envolver mais e mais a inteligência nacional. Em sua estrutura está presente um psicologismo e um moralismo exacerbado e piegas ao reduzir a compreensão do concreto, da realidade social, a uma tragicidade contundente e deformada.

É preocupação constante de Jackson e do grupo reacionário o questionamento dos rumos seguidos pela inteligência nacional, acusada de responsável pela quebra das legítimas tradições culturais do país, na forma de "recuos" que se manifestam através de "uma cultura falsa, exclusivista e agnóstica", uma cultura feita de "retalhos de doutrinas" possibilitando a existência de obscurantismos patológicos. Nessa perspectiva, entendem as produ-

ções literárias do século XIX como expressões de um período pernicioso, aberto à penetração de doutrinas espúrias e contrárias ao espírito da nação. Por outro lado, vê no movimento espiritualista, iniciado por Farias Brito no século XX, a qualidade de primeira luz de uma nova era, cuja eficácia foi decisiva para o saneamento da produção intelectual e o "renascimento de uma nova mentalidade" que culminou nas produções da inteligência cristã brasileira. Reflexões como essas evidenciam que Jackson tem consciência da necessidade de uma maior aproximação da Igreja às letras brasileiras, única alternativa para a reconquista do espaço eclesiástico de atuação. Disso resultam considerações acerca da importância que ele se atribui, a si, à sua ação, através da doutrina que defende, no contexto das produções culturais de sua época.

Essa inquietação de Jackson manifesta-se sobejamente como problemas de ordem intelectual e pode ser percebida em Literatura Reacionária, Afirmações e em muitos editoriais (*) da revista A Ordem, nas quais as análises primam pela fixação de inúmeros valores ontológicos e eternos, tudo que possibilite o retorno à "ordem" pretendida. Dessa forma, o ideário estrutura sua argumentação à luz de fatos e evocações emotivas e desordenadas a favor do monarquismo, do anti-judaísmo, do anti-tenentismo e do anti-modernismo. Fascina-se, por outro lado, pelo culto à personalidade, pelo sentido vivencial e por preocupações com o conhecimento do que constitui a essência do humano, para configurar-lhe um

(*) Figueiredo, Jackson, editoriais — Revista A Ordem, Ano II, 1922, setembro nº 14.

— Ano III, 1923, outubro-novembro, nº 27 e 28.

— Ano III, 1924, março-abril, nº 32 e 33.

sentido de fraternidade.

O reacionarismo, como a base da construção ideológica da nova geração de intelectuais católicos da década de 20, levanta questões de ordem filosófica e teológica, além da discussão política sobre os problemas nacionais, tais como: a verdade do ser reduzida à expressão do sofrimento, a negação da razão, a essência do conhecimento absoluto e a identidade do Belo com o Bem — manifestação da vontade suprema.

A levantar questões dessa ordem, a ideologia reacionária toma como referência fundamentações de caráter ético, entendendo a "moral como fim de toda filosofia", dentro da perspectiva já apontada por Farias Brito (*). O objetivo último é a construção de um "espírito novo" para regenerar o mundo. Ao colocar a Igreja como centro da história, reconhece-a como depositária dos princípios do almejado revigoramento em defesa da ordem constituída, contra as aberrações advindas da instauração de um "espírito de demolição" presente na vida brasileira.

No Brasil, a exemplo do que ocorria na Europa, a partir das revoluções burguesas da Inglaterra e França, os intelectuais mais vinculados com o processo foram perdendo a vivência religiosa dos símbolos e fixando-se na imanência dos dados científicos ou no prestígio dos esquemas filosóficos: empirismo, sensismo, materialismo e positivismo. A linha mestra de toda essa fase foi a luta pela liberdade.

(*) Discussão apresentada no primeiro capítulo.

Os pontos de resistência (contra essas tendências) viriam dos estratos prē-burgueses ou anti-burgueses, isto é, dos aristocratas ou das baixas classes médias, postas à margem da industrialização (3). Recusam a concepção técnico-analítica do mundo. Entre os europeus convém lembrar o Romantismo nostálgico de Chateaubriand e de Scott; o Romantismo idealista de Novalis e de Coleridge; o Romantismo erótico e fantástico de Blake, Hoffmann e Nerval. Surge o Simbolismo, como um sucedâneo, uma oposição vigorosa ao triunfo da coisa e do fato sobre o sujeito, modelando novas atitudes. Seus representantes almejam a apreensão dos valores transcendentais: o Bem, o Belo, o Verdadeiro, o Sagrado.

No Brasil, ao lado do Simbolismo, a Renovação Católica constitui a expressão mais radical dessa resistência. Na Europa, nos limites do Simbolismo, Bergson torna-se o pensador mais lido por certos grupos de intelectuais que absorviam do autor de Matière et Mémoire o "suplement d'ame" requisitado da filosofia contra a "ratio" calculista e anônima.

No Brasil, Farias Brito, o pensador cearense, oferece os elementos filosóficos anti-materialistas calcados nos princípios do pansiquismo e do espiritualismo. Jackson aderindo à visão de Farias Brito almeja remodelar as letras brasileiras criticando o ceticismo e o cientificismo presentes incisivamente nas produções intelectuais. Atribui ao individualismo moderno da visão liberal a responsabilidade pelos falsos sentimentos escondidos sob "pedantescas ilusões filosóficas e científicas", nas quais, mal dis

(3) Bosi, Alfredo, *op. cit.*, p. 295.

farçadas estão as "fúrias niilistas, instintividades brutais, horror ao senso comum, ódio de morte à religião e à moral" (4).

No entender de Jackson, o positivismo comtista, apesar de seu ceticismo quanto aos fundamentos intelectuais, foi a única doutrina que no Brasil reagiu ao individualismo revestindo-se de formas e características de uma religião. Identificando a teoria de Comte ao catolicismo, Jackson julga esse autor um descendente de Pascal (*), pois Comte dava à predestinação a caricatura de leis da Natureza, "o que o torna um místico da verdade prática". Augusto Comte tentou a realização social de seus ideais e isso é para Jackson, um aspecto inatacável. Reduz, por outro lado, a liberdade humana, tal como o fez Pascal, a quase nada ao reservar um lugar à moral, em cuja força reside o amor e a tradição.

Jackson não se opõe ao pensador Augusto Comte, mas ao positivismo dogmático e diluído que ganha força no Brasil a partir da República. A seu ver, tal positivismo perdeu seu essencial enquanto corpo rígido de princípios filosóficos, ao envolver-se com as generalizações da mentalidade liberal, "agnóstica" e centrista.

É contra o indiferentismo religioso que Jackson efetivamente se opõe. No entanto, seu discurso não logrou entrar em diálogo com a cultura leiga do país, o que só ocorreria após 1930, na forma de uma luta ideológica entre "conservadores" e "liberais".

(4) Figueiredo, Jackson. Pascal e Inquietação Moderna, Prefácio, in Antologia, Coleção Novos Clássicos. José Rafael de Meneses, Agir, pp. 24-25.

(*) Blaise, Pascal, pensador francês, valorizado por Jackson, por entender a necessidade da religião para resolver os problemas vitais. Jackson dedica-lhe um ensaio intitulado Pascal e a Inquietação Moderna.

É interessante perceber que Jackson de Figueiredo — apesar de tudo — expressa, inegavelmente, uma postura romântico-saudosista, a qual não se constitui em uma orientação puramente literária, ao exprimir uma rebelião espontânea e profunda contra a rápida evolução do liberalismo. Seu esforço doutrinário visa alcançar uma imagem ampla do mundo, configurando um dilema singular característico dos reacionários. Não se trata de um romantismo "típico", pois sua marca é a ambigüidade de princípios que devem ser superados ao mesmo tempo que preservados. A sua maior qualidade, portanto, como escritor católico, engajado e fiel à doutrina que representa, é a de um incansável lutador pela superação dessas contradições, objetivamente insolúveis, motivadas pela visão fragmentada do real mas enfrentadas de forma obstinada.

1. A CONTRA-REVOLUÇÃO INTELECTUAL

Em a Literatura Reacionária, Jackson esclarece os motivos de sua atitude política assumida diante dos acontecimentos que envolvem a vida da Nação. O primeiro, um motivo de ordem psicológica, ao definir como característica própria de sua personalidade — a ação, o combate —, e o segundo, derivado do pavor que sente pelas transformações sociais, entendidas como desordem. Seu ideal consiste em exercer uma ação política para a regeneração dos fundamentos da vida social, cujo suporte ideológico encontra-se principalmente na influência da doutrina mourrasiana, nos princípios da Action Française e seu lema: *d'abord politique*. A

doutrina de Charles Mourras, fundador da Action Française, defende a reorganização da sociedade e a reforma institucional através da política. No entanto, o lema do movimento "a política acima de tudo" não significa que a política deva ser entendida como o mais importante aspecto social, mas como o "meio" pelo qual os demais se organizam.

A proposta presente em a Literatura Reacionária, segundo o próprio autor, consiste em revelar apenas alguns aspectos da "verdadeira contra-revolução intelectual", através de uma analogia entre o Reacionarismo francês e português e sua manifestação no Brasil. Dois autores citados nessa obra: Augusto Viatte (Le catholicisme chez les romantiques) e Henri Massis (Jugements) oferecem, respectivamente suas atribuições na forma de um programa de renovação da mentalidade política entre os próprios católicos e a definição da crítica católica diante da produção contemporânea.

Segundo Jackson, a prova da segurança dos ideais contra-revolucionários encontra-se na presença de uma base objetiva que os ampara no próprio domínio do social, facilmente reconhecível. Esta base afirma-se na aceitação dos princípios católicos pela maioria do "povo" brasileiro, o que permite configurar o Brasil como nação genuinamente católica e por isso preparada para se conduzir pelos interesses da Igreja.

O reacionarismo, no entender de Jackson, caracteriza-se por ser uma subordinação de ordem pragmática do homem ao Criador pois justificar a Igreja é justificar essa subordinação⁽⁵⁾. O

(5) Figueiredo, Jackson. *Literatura Reacionária*, p. 19.

homem, nessa perspectiva, é entendido como um ser cuja tarefa consiste em agir moralmente e este é o fundamento ontológico de sua grandeza. Essa reside na possibilidade de efetuar uma ação moral, mediante o uso da inteligência que se acompanha do livre arbítrio, almejando, acima de tudo, uma auto-realização dotada de valor eterno e absoluto (6).

Comentando a obra de Charles Mourras, Jackson reconhece ter sido esse autor o mais extremado dos reacionários, cuja obra confronta-se com todos os idealismos nascidos da Reforma, ao demonstrar aos seus contemporâneos as nuances da sensibilidade católica, da qual adviriam a unidade da crença nacional, a monarquia cristã, o horror à sofisticação democrática e ao cosmopolitismo judaico, como consequência lógica do prévio reconhecimento da hierarquia e do número que dominam todas as atividades humanas (7).

O católico, no entender do autor de Literatura Reacionária, distingue-se do mundo justamente porque, do ponto de vista religioso, admite a autoridade no sentido da palavra, e, do ponto de vista humano, ampara-se em homens (pastores) capazes de conhecer com profundidade as necessidades e os interesses da Igreja.

(6) Figueiredo, Jackson. *Correspondência in Antologia — Coleção Nossos Clássicos, Agir*, p. 27.

(7) Figueiredo, Jackson. *Literatura Reacionária*, p. 20.

2. O OBJETIVO POLÍTICO DA REVISTA "A ORDEM"

A fundar a revista "A Ordem", Jackson de Figueiredo declara que ela envolve uma significação política. Julgando ter chegado a hora da luta entre o que a nação já tinha e tem de organizado, de sério, de educado contra o demagogismo, o maçonismo, o risco de todas as seitas anti-cristãs, ele acredita poder sanar as calamidades sociais do Brasil de seu tempo.

A realidade nacional, analisada pelos reacionários que abeberam-se nas fontes européias, quer nos princípios da Escotística que renasce no século XIX, quer nas doutrinas de Bergson, e dos tradicionalistas franceses, é vista sob uma ótica pré-burguesa na qual se conjugam a Monarquia, a Hierarquia, a Ordem e a Autoridade nos moldes de um nacionalismo de direita, cuja inspiração vem diretamente de Mourras e da Action Française. Esses reacionários, que militam ao lado de Jackson no Centro D.Vital, entre eles: Jônatas Serrano, Hamilton Nogueira, Perillo Gomes, Durval de Moraes, Vilhena de Moraes, Lúcio José dos Santos, Alceu de Amoroso Lima, para citar alguns dos mais entusiastas da causa católica, entendem que o Brasil sofre as conseqüências das crises e da falência que abate sobre o mundo, fruto do liberalismo individualista burguês.

Segundo os reacionários brasileiros, a crise do Brasil liga-se à crise geral do mundo, embora haja situações específicas em sua história. Denunciam a ameaça das tendências revolucionárias, das forças extremistas, em especial o ateísmo materialista, que se fazem presentes em nossa história desde a dissemina

ção dos germes enfraquecedores do poder da Igreja e do próprio Estado, pela negação do espiritualismo, advindos com a multifacetada discórdia promovida pela Revolução Liberal. Os reacionários de finem-se por uma prática sectária calcada no dogma, cujas manifestações convertem-se em uma forma virulenta de catolicismo que se expressa através de opções políticas.

São as veleidades revolucionárias do momento pelo qual passava o país, centradas no tenentismo "de ideologia incerta", que estimula o grupo católico, em especial Jackson de Figueiredo, a posicionar-se a favor do que julga legítimo de ser preservado. O tenentismo apresenta-se como manifestação renovadora e contrária às oligarquias dominantes e às farsas eleitorais da I República.

Jackson, ao analisar as contingências históricas, confunde os planos da realidade social e parte de conceitos não menos confusos e vagos, obrigando-se a defender a "Ordem", ao identificá-la ao governo conservador de Artur Bernardes contra o "liberalismo" dos tenentes (8). Em outras palavras, endereça seu furor contra o liberalismo em geral, que a seu ver é o causador do "desalento" que se abate sobre toda a nação.

O brado, do qual a revista "A Ordem" se faz porta-voz, busca a recuperação das tradições contra a desordem moderna, a incultura generalizada, a anarquia e o empirismo científico, através da volta dos homens para si, com vistas ao transcendente. "A Ordem" reúne declaradamente aos seus princípios, três a

(8) Bosi, Alfredo, *op. cit.*, p. 337.

tividades: a política, a social e a católica, tal como se evidencia em seus editoriais (*). No entanto, a importância a elas atribuída por Jackson não é homogênea, mas hierárquica, pois a atividade católica deve prevalecer sobre as demais, nos moldes de uma ação dirigida, com fins precisos. Essa contradição se evidencia no próprio caráter imputado à revista, pois prepondera a ação política. Oficialmente "A Ordem" declara ser o principal escopo da reação católica *trabalhar, polir, modelar a consciência católica* (9).

Jackson não esconde sua convicção sobre a necessidade do grupo católico em atuar nas questões econômicas, na sociedade civil e no meio intelectual. Mais ainda. Proclama a urgência de um "liame" que unifique de novo a Igreja docente à Igreja discente, com intuito de disciplinar, sistematizar, orientar e presidir a atividade social do católico. Efetivamente, Jackson almeja a institucionalização de algo que (posteriormente, no ano de sua morte — 1928) definiria os rumos da Ação Católica — uma autorização oficial para a ação política entre os católicos (10).

É interessante lembrar que a Ação Católica foi definida pela primeira vez em 1905 pelo Papa Pio X em sua encíclica Il fermo proposito. No entanto, a noção de Ação Católica não ficou de imediato plenamente esclarecida para a maioria dos católicos que sentia dificuldade em compreendê-la. Somente em 1928, o Papa Pio XI ao escrever ao Cardeal Bertram, Bispo de Breslau, esta-

(*) Revista A ORDEM — Ano III, 1924, julho, nº 36 — Editorial, Ano III, 1924 janeiro-fevereiro, Ano II, 1923 — 2ª série nº 12 — julho, Ano I — 1922 julho, nº 12 — Ano I, 1922 — nº 8 — março.

(9) Figueiredo, Jackson. *Afirmações*, p. 69.

(10) Perillo Gomes, Jackson de Figueiredo. *A Ordem*, Novembro-Dezembro, 1936, p. 449.

belece o marco divisório entre a Ação Católica e ação social. Porém, só um ano e meio depois é que ele autoriza a ação política dentro da Ação Católica (11).

O problema brasileiro, segundo os reacionários apresenta-se, em toda amplitude de suas linhas definidoras, como eminentemente religioso, cuja solução só poderá ser encontrada através da intensificação da verdadeira vida religiosa voltada à recuperação da fé (12).

Segundo o ideário da Reação, a esperança de recondução da nacionalidade pela reidentificação do "verdadeiro espírito de harmonia" encontra-se no serviço e defesa da Igreja, "único refúgio da bondade e amor", "amparo ... seguro à inteligência e à sensibilidade". (13)

No entender de Jackson, a restauração pela fé e a crença em Deus são condições para a reconstrução social do país e do mundo, pois só através dos princípios católicos os homens terão restituídas as dimensões natural e sobrenatural, garantidas pela "doutrina" da Igreja.

A Ideologia da Ordem, triunfalista e messiânica, concebe que o conjunto das leis positivas deve derivar da "lei eterna", através da "lei natural", pois só assim se atingirá a reconstrução da sociedade. Trata-se da recuperação do "espírito" medieval, no qual prevalece "a sacralidade" incompatível com a "secu

(11) Perillo Gomes, Jackson de Figueiredo, *op. cit.*, p. 451.

(12) Figueiredo, Jackson. *Afirmações*, p. 9.

(13) *Idem ibidem*.

laridade", que agora determina as dimensões da vida social.

Em função do excessivo moralismo religioso, acentua-se nesse ideário a insensibilidade para a realidade nacional, pois se expressa na forma de um "realismo ingênuo", fortalecido pelo idealismo salvacionista. Este tem como ponto de partida uma concepção abstrata do homem, da qual se deduz a visão da sociedade (14).

A luta política reside na preservação dos princípios estruturais inerentes à natureza do homem. Deve ser assumida pela consciência e ação católicas como forma de garantia das verdadeiras liberdades sociais e prosperidade material. Esta é especificamente a "tarefa" da Igreja. Os reacionários crêem na possibilidade de uma harmonia entre as classes sociais, que deverão reger-se pela "compreensão e caridade". Neste ideário, as soluções para os problemas nacionais devem surgir de uma "profilaxia moral", cuja finalidade é *recristianizar o capitalismo* (15).

Em A Literatura Reacionária, Jackson procura demonstrar que o "Estado Moderno" (que originou-se com a Revolução Burguesa) no qual prevalece o "indesejável" individualismo, já demonstra sua decadência, pois inúmeras são as críticas e descontentamentos manifestos por ele. Segundo Jackson a ação desse Estado, em sua origem ou em sua atividade é sempre depreciadora de todas as energias naturais da sociedade, desmoralizada pelas conquistas democráticas (16). As críticas sobre o Estado patenteiam-se nas de-

(14) Cury, Carlos R. Jamil, *Ideologia e Educação Brasileira — Católicos e Liberais*, Cortez Editores, p. 38.

(15) Figueiredo, Jackson. *Literatura Reacionária*, p. 196.

(16) Idem *ibidem*, p. 196.

sarmonias presentes em sua estrutura, resultantes dos "princípios capitais" sobre os quais repousam as "revoluções americana e francesa". Jackson alerta para um "outro grande risco" que deve ser prevenido: "uma possível emergência do Estado Coletivista". Essa prevenção deve ser encontrada nas "células naturais" da nação contra os malefícios que provocariam esse evento. Em meio a tudo isso, na Igreja Católica prepondera a ação ofensiva em prol da conquista do "direito" de interferir na organização do país.

Entende Jackson que, graças a Pio XI e Leão XIII, foi possível a definição das diretrizes da Igreja, capaz de levar seus adeptos à vitória definitiva da ordem cristã. Essas contribuições papais produziram a mais benéfica renovação das "energias católicas", principalmente na Europa. O Brasil, "uma das vítimas" da Revolução, reagiu favorável e prontamente a esse posicionamento pelo bom senso e pela fé, reanimando sua consciência cristã em busca da libertação espiritual.

Segundo Jackson, foi com a República (oficialização de um erro) que o sentimento religioso (atacado de frente) refez-se nas profundezas de sua própria tribulação, uma vez que as bases revolucionárias das instituições políticas propiciaram o surgimento do ceticismo e do cinismo, percebidos logo pelos católicos. Essas bases revolucionárias foram responsáveis pela formação de um ambiente favorável ao crime e à desordem em um "círculo de eventos irremediáveis".

O que Jackson acalenta, em seu íntimo, é a idéia da criação de um partido político, pois acredita que a ação "regene-

radora" da Igreja se efetivará mais facilmente através de um veículo que permita sua atuação na sociedade civil. Esse anseio muito tem a ver com sua opção pela militância, crescendo o entusiasmo por essa possibilidade, ao ver que na Europa os partidos católicos, então em voga, alcançavam um "certo sucesso". Parece-lhe plenamente estratégico o projeto de um partido que viabilize a penetração dos leigos católicos no meio político. No entanto, ele não ultrapassa a fase da especulação e da conjectura, graças à interferência de D. Sebastião Leme (então recém-chegado ao Rio de Janeiro para assumir a Arquidiocese) que se encarregou de desestimar qualquer projeto partidário (17).

Em A Literatura Reacionária, Jackson comenta ainda a chegada do Cardeal Leme ao Rio e a grande expectativa dos intelectuais católicos diante da presença de uma forte liderança eclesial que pudesse conduzi-los em sua militância. Entendiam todos que este criaria, de imediato, um partido católico. Jackson afirma ter compreendido rapidamente os motivos de D. Sebastião ao não tomar essa iniciativa.

O Cardeal entendia ser o domínio da Igreja algo delicado e conflitante que, para o Brasil naquele momento, seria me lhor uma Confederação Católica Brasileira, um órgão concentrador e distribuidor de energias, educativo e modelador da consciência individual do ponto de vista da ação coletiva (18). Seu objetivo último era promover uma "depuração social". Essa atitude não excluía que no futuro se criasse um partido católico, pois as aspi-

(17) *Figueiredo, Jackson, op. cit., p. 191.*

(18) *Idem ibidem, p. 193.*

rações políticas, segundo o próprio Cardeal Leme, eram sempre respeitáveis.

Efetivamente, Jackson está convencido de que a Igreja representa a "única força coletiva realmente organizada", capaz de sanar todos os males da sociedade brasileira, no contexto do que julga ser uma "situação inquietante". Isto demonstra que ele não descreve radicalmente dos destinos nacionais encarando o futuro de forma favorável, ao convencer-se que a nação tornar-se-á cada vez mais ligada à Igreja e à fé cristã. Por esse motivo, Jackson discorda de posicionamentos católicos que pregam insurreição. Opta sempre pela resistência passiva, embora assuma, não raras vezes, posições extremadas e intolerantes para com os adversários dos interesses da Igreja. Sua grande motivação é a certeza de uma breve vitória da causa católica. Basta que os cidadãos católicos se definam face à política nacional. Se isto ocorrer, as energias dispersas se aglutinarão para banir a corrupção e a desonestidade.

A revista "A Ordem" e o Centro D. Vital foram postos a serviço dessas convicções, na divulgação de uma política comprometida com o dia-a-dia do país, em um procedimento que "confundia a Igreja a uma causa". A meta era atrair um maior número de adesões, influenciar pessoas para servirem e defenderem a ordem e a autoridade, a moral severa e a fé, enfim, as idéias extremadas da tradição.

Ao morrer em 1928, Jackson de Figueiredo não havia conseguido desenvolver plenamente a doutrina que defendia. No entanto, "as idéias" propostas por ele, frutificaram através do gru

po que o acompanhava e foram alimentadas através da Revista e do Centro D. Vital, por muitos anos.

O sucessor de Jackson, Tristão de Ataíde, deu um rumo diferente daquele até então cultivado pela Revista, a partir de 1928. Ela perde seu tom político e a defesa da autoridade é substituída pela defesa da liberdade. Essa mudança denota a tentativa de vinculá-la aos novos tempos, no entanto, os caminhos traçados pela ideologia da Ordem encontra adeptos até hoje (*).

3. A ESTÉTICA E A ARTE REACIONÁRIAS

A estética, na perspectiva reacionária, considera a arte como uma realização do homem com objetivo de refletir a vida moral, pois a finalidade do Belo só pode ser social, moral e religiosa.

Analizando as produções dos autores reacionários brasileiros em A Literatura Reacionária, Jackson de Figueiredo comenta o trabalho de Leonel Franca (19) que tem por preocupação maior

(*) Os editoriais pesquisados foram os seguintes: da data de fundação do periódico 1921 até novembro de 1928. Neste período a revista era dirigida por Jackson de Figueiredo, sendo o redator-secretário Perillo Gomes. Após a morte de Jackson, novembro de 1928, Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Ataíde) recém convertido ao catolicismo, assume a direção da mesma, enfatizando como pressuposto teórico: a universalidade contra materialismo, o relativismo e o cientificismo. No entanto não se utilizou da revista que passa a dirigir para interferir nos rumos políticos da nação. Entre Jackson e Alceu há uma diferença nítida de estilo e de ação. O primeiro é panfletário e combativo e o segundo é um homem de gabinete, um intelectual destituído do ardor do primeiro.

(19) As obras comentadas foram: "A História da Filosofia" e a "Igreja, a Reforma e a Civilização".

estudar a história social da Igreja a partir da revolta luterana que interferiu nas forças ocidentais, através da multiplicidade de suas seitas, arrastando a fé aos limites da treva naturalista e agnóstica.

No opúsculo aludido, Jackson faz sua crítica ao Modernismo quando passa a comentar a obra de Ronald de Carvalho⁽²⁰⁾. Jackson o coloca num "quadro de literatura de desarvorados", embora admitindo que ele reflete como ninguém, na moderna geração brasileira, o espírito francês e universal — o espírito da ordem, do bom gosto e do bom senso.

Jackson chama a nova produção intelectual que se desenvolve no Brasil — a partir de 1922 — de "envolvimento futurista", concluindo *ser penoso ver tanta gente de talento real envolvida com este tipo de produção* ⁽²¹⁾. Por outro lado, admite seu próprio afastamento do que intitula "inquieta campo das letras" preocupando-se, fundamentalmente, com as "letras católicas" nas quais existe a pureza e o rigor. Almeja simplesmente ser um homem de ação que, no cerne das "letras católicas", combate a confusão, o gosto anárquico, o materialismo intelectual e sentimental, os excessos racionalistas onde predominam a imaginação e a sensibilidade ⁽²²⁾.

Afirmando-se representante de uma doutrina que não tem quedas ou desvios, pois é a do equilíbrio, da hierarquia das faculdades do espírito humano, cuja proposta é a realização do Bem,

(20) Obras de Ronald de Carvalho citadas por Jackson: "Lux Gloriosa", "Epigrammas", "Pequena História", "Espelho de Ariel", "Poemas e Sonetos".

(21) Figueiredo, Jackson. *Literatura Reacionária*, p. 60.

(22) *Idem ibidem*, p. 63.

Jackson reitera seu respeito aos intelectuais que tais como Ronald de Carvalho, jamais se posicionaram como " revoltosos futuristas" por conhecerem a retidão das letras brasileiras nas suas formas tradicionais e seus reconhecidos cânones. Jackson propõe ainda, a propósito da arte, como em qualquer instância da realização humana, a inexistência da liberdade "no sentido de poder ser o que se quer ser". Se o artista quiser ser livre, será incapaz de apreender a verdadeira beleza, pois o Belo é determinação moral.

Ao abordar a questão da crítica literária que se desenvolveu no Brasil, Jackson identifica "o criar ao julgar", pois a definição da crítica encontra-se substancialmente na definição da Arte. Ambas são realizadoras do real, fundindo-se dessa forma no mesmo amor à criação, conservação e proteção da beleza. Nessa perspectiva, a arte passa a ser entendida como uma correção e sublimação do sofrimento através da reflexão.

O crítico literário, para atender aos princípios morais, deve partir de um "sistema de idéias homogêneas, enfim de um sistema, cujo método deve buscar subtrair da obra de arte seu aspecto negativo, evidenciando apenas o que há de positivo". O homem é, por excelência, uma força, uma atividade moral e a arte nace, por isso, como o "fruto" de um drama íntimo entre sua consciência e seus instintos na configuração do mundo. Se o artista é um ser moral, o produto de sua atividade prática deve refletir a ordem de sua consciência, a de sua natureza intelectual e até a dos fenômenos nos quais se traduzem essa natureza quer em seu desenvolvimento, quer em sua atuação sobre o meio ambiente (23). A

(23) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 84.

arte é uma graça gratuita de ordem natural, uma visão direta de certos aspectos da realidade, do conjunto dos quais se abstrai a beleza (24).

O artista, segundo Jackson, deve apreender sô aspectos positivos, pois se a obra propagar o "erro" e a inverdade, não será obra de arte. Nesse sentido não pode ser relativista, uma vez que deve reunir o essencial da "ordem universal", pois a própria inteligência já é condicionada a esta. Essa ordem reúne a realidade, a proporção, a medida, o bom gosto, o bom senso, o belo e algo mais, indefinível, que lhe possibilita tornar-se inteligível ao homem (25).

Jackson não admite a ausência de uma finalidade na arte e no belo, pois existe para ele, um fim implícito na produção da arte, diferente da utilidade, que consiste "no acordo das partes com o todo". Esse é, segundo a constatação do autor da Literatura Reacionária, seu ponto de discordância com os modernistas. Estes, ao pretenderem renovar o arte, dar-lhe nova orientação, negam-lhe a finalidade como princípio essencial (26).

Ao expressar sua doutrina em defesa do Catolicismo na obra mencionada, Jackson condena também o intelectualismo abstrato, um "nacionismo" que identifica a realidade e o conceito, pois a seu ver, nenhuma definição é capaz de apreender o conteúdo do ser, que em sua plenitude é a configuração do Ser Supremo, e, portanto, inesgotável.

(24) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 84.

(25) *Idem ibidem*, p. 102.

(26) *Idem ibidem*, p. 107.

Em síntese, Jackson de Figueiredo subordina a arte e a estética à finalidade moral que é, em última instância, representada pela Igreja Católica e colocada como a manifestação da Palavra Divina na Terra.

IV

EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

Neste capítulo serão analisados os aspectos pedagógicos da divulgação da ideologia, seu programa de ação, sua influência nas futuras escolas católicas.

A questão que se coloca, após a construção da trajetória histórica do discurso reacionário, é sobre a existência de uma pedagogia política, sua abrangência e contradições.

De 1918 a 1930, inicia-se o declínio da sociedade oligárquica, decorrente da existência das novas formações sociais que se originaram no bojo do processo de transformações da estrutura econômica. É portanto no século XX (em particular após a Primeira Guerra Mundial) que os setores médios e proletários, urbanos e rurais começam a contar mais abertamente como categorias políticas. O que se verifica é que a "revolução brasileira", em curso, tem sua gênese no processo de luta por uma maior participação popular no debate nacional e nas decisões políticas e econômicas, criando conseqüentemente, novas modalidades na própria consciência nacional. Inserem-se nesse quadro, os golpes, as sedições e os movimentos que assinalam as mudanças na vida política do país.

É efetivamente através dos golpes, das revoluções, que se manifestam as rupturas político-econômicas, tanto interna como externamente, marcando o ingresso do Brasil na era da civilização urbano-industrial (1).

No Brasil, a passagem de um modelo estrutural para outro, verifica-se com a redefinição do mercado, agora voltado para a demanda interna, ampliado a partir da transformação da economia nacional, que tinha por base a mão-de-obra escrava, para o do trabalho assalariado. Com isto, intensifica-se a substituição das importações de bens de consumo por produtos de fabricação nacional. O mesmo ocorre com a agricultura que se volta cada vez mais para o mercado interno.

O desenvolvimento do mercado interno foi um dos fatores mais importantes deste processo de desenvolvimento, de tal sorte que ele se tornou a própria fonte de transformações, impulsionando conseqüentemente o progresso tecnológico, o surgimento de novas aspirações e a modernização da sociedade.

Como é possível verificar-se, a oligarquia cafeeira — apesar das crises que se desencadeiam no âmago da década de 20 — mantém-se no poder até 1930, conduzindo as instituições do Estado sempre no sentido de atender a seus interesses. Não foge à regra a estrutura educacional que até essa data volta-se também para atender aos interesses oligárquicos, uma vez que o Ensino tem por objetivo o ornamento cultural, como meio de acesso

(1) Ianni, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil. Civilização Brasileira* p. 13 e s.

para preenchimento dos quadros burocráticos e até como incremento das profissões liberais, visando sobretudo a formação das elites dirigentes.

Configura-se neste quadro uma preocupação constante com a "erradicação do analfabetismo" o que motiva inúmeras campanhas jornalísticas. Não obstante, cumpre-se ressaltar que o substrato ideológico dessa preocupação consiste na formação de um "exército de mão-de-obra" eficaz, bem como o meio para se atender aos interesses das classes sociais em ascensão que passam a reivindicar acesso à escolarização.

O período mais conturbado pelo desenvolvimento urbano-industrial cria um clima de ansiedade pelo bem-estar social e prosperidade nacional (2). No entanto, a estratificação social e a herança cultural pesaram como elementos predominantes na escolha do tipo de educação escolar a prevalecer (3). Por isso no Brasil as mudanças ocorridas foram sempre de caráter quantitativo, pois a expansão escolar possui fins determinados: atender aos interesses dominantes.

É interessante observar que o ensino, por força da própria estrutura social, neste momento histórico enfocado subdivide-se em duas redes, pois o grupo dominante não aceita um modelo escolar determinado pela finalidade de formar "exército de mão-de-obra", exigindo uma orientação de ensino que preencha suas necessidades. Destas duas redes, a que se dirige aos novos segmen-

(2) Cury, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. (Católicos liberais), Cortez Editores, p. 19.

(3) Romanelli, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil 1930/1973*, Vozes, p. 56.

tos sociais emergentes apresenta como objetivo oficial: a superação do "atraso e ignorância". É o momento de reformas e de reconstruções das escolas existentes, sem êxito para a solução dos problemas educacionais mais graves. Sempre faltava o apoio do Estado, além de uma estrutura institucional que pudesse assegurar a implantação de reformas e sua vigência, já que o grupo dominante via com desconfiança as idéias reformadoras que poderiam questionar a educação tradicional, pautada nos padrões da velha mentalidade aristocrático-rural.

Estas reformas — entre elas a Lei Orgânica Rivadavia Correa, no governo Hermes da Fonseca (1911); a de Carlos Maximiliano que reoficializou o ensino e reformou o colégio D. Pedro II e a Reforma Rocha Vaz, no governo de Arthur Bernardes (1925) — não trouxeram nenhuma mudança substancial ao sistema de ensino.

A tendência reformista que se observa na Educação, diante de tentativas mal sucedidas, denota o poder das "elites" — os representantes das oligarquias cafeeiras — em preservar para si o monopólio do ensino. A educação almejada só poderia ser literária e humanística, cuja origem remonta à época da Colônia, permanecendo ao longo do Império até à República. Nem mesmo a burguesia industrial em ascensão pretendia mudanças substanciais do setor, copiando os modelos de comportamento da oligarquia latifundiária. Essa contradição explica-se através da própria gênese da burguesia no Brasil. É importante lembrar que não havia um confronto efetivo entre ambas até então.

As classes médias emergentes não possuem nenhuma a

finidade ou ligação com as camadas mais pobres da população, restando a estas copiar o mesmo modelo de educação. A educação torna-se então um instrumento eficaz de ascensão social. As classes médias conclamavam somente por maiores oportunidades. Afastavam de imediato a idéia de uma educação para o trabalho. O ensino técnico representava, nesse momento histórico, símbolo de classe dominada (4) para as camadas médias que aspiravam "status" de elite (5).

No entanto, a demanda escolar ganha novo ritmo com o processo de urbanização, ocasionado pelo impulso da industrialização decorrente do pós-guerra, acentuando-se após 1930. Os sinais do desequilíbrio começam a surgir já na Primeira República, na qual, em termos de demanda social, originam-se os choques entre a estreita oferta de ensino e a crescente procura por parte dos estratos médios e populares, pois agora já pressionam o sistema escolar para que se expanda.

O sistema educacional, até então, caracteriza-se por seu elitismo. É um sistema de ensino particular secundário, de caráter acadêmico e intelectualista que reproduz o modelo francês, preparando os filhos do grupo dominante para ingressar no curso superior. Para os demais segmentos sociais apenas restava uma certa quantidade de vagas nas escolas primárias públicas, de onde poderiam estes alunos dirigir-se às escolas normais e técnico-profissionalizantes, mantidas pelo poder público, portanto gratuitas. "Com estas escolas, por assim dizê-lo, populares, o Estado reconciliava a sua consciência democrática, ferida pela gratuidade do ensi-

(4) Romanelli, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil, 1930/1973*, Editora Vozes, p. 44.

(5) *Idem ibidem*.

no superior, destinado exclusivamente à elite" (6).

Com a expansão da indústria, o aumento da demanda escolar por parte dos novos setores emergentes, o sistema escolar passa a ser questionado. No entanto, o Estado não dispunha de recursos necessários para arcar com o novo empreendimento educacional, nem era de seu interesse. Diante disso, a discussão acerca da questão deixa de ser privilégio dos políticos (principalmente os de tendência liberal) que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar e os altos índices de analfabetismo, para ser travada pelos "educadores de profissão".

Essas discussões tomam por base "a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo (...)" (7)

São esses "profissionais da educação" os responsáveis pelas reformas educativas da década de 20. O modelo que estava sendo assimilado era o da Escola Nova e se expressava em termos de um "otimismo pedagógico", reproduzindo a concepção liberal no que se refere à educação.

Inúmeras foram as reformas empreendidas na década de 20, e elas representam a tentativa de implantação da "escola pri

(6) Teixeira, Anísio. *A Educação Escolar no Brasil*, in *Educação e Sociedade*—Luiz Pereira e Marialice M. Foracchi, Ed. Nacional, p. 400.

(7) Nagle, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*, v.1, p.99/100.

mãria integral" atendendo-se, principalmente, ao grau primário, por que nenhuma modificação ocorreu no que se refere aos outros níveis de escolarização, no período.

A presença desses educadores se fez sentir nas reformas estaduais, em um movimento sucessivo que denota acima de tudo, a falta de unidade em face à resistência de uma coordenação nacional, sobrevivendo, entretanto à Revolução de 1930.

É importante salientar, tal como assinala Jorge Nagle, que essas reformas contribuíram para uma modificação quanto à interpretação do fenômeno educacional. A partir delas nasce a dificuldade de se perceber na educação o caráter ideológico, bem como, sua vinculação com o conjunto da sociedade. A crença, agora, enfatizada vê na educação o fator determinante de mudança social. (8)

O novo modelo econômico que começa a impor-se — o urbano-industrial — afetou o equilíbrio estrutural dos fatores que influenciaram o sistema educacional. São outras e novas as necessidades impostas aos recursos humanos que deverão ocupar funções nos setores secundários (indústrias) e terciários (serviços) da economia. A transição de um modelo para outro, exige por conseguinte, novas regras.

O desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, provocou no Brasil, a eclosão de um surto nacionalista cujos desdobramentos podem ser sentidos no recrudescimento dos debates e das

(8) Nagle, Jorge, *op. cit.*, vol. 2, pp. 486 e segs.

reivindicações educacionais.

A partir dos anos 10, sob a influência desse nacionalismo nasce a preocupação em "pensar o Brasil" que servirá como bandeira a todos os grupos que disputam o poder.

A industrialização impulsiona a burguesia nascente a buscar um fortalecimento no sentido de fortalecer sua capacidade de luta pela hegemonia política. Esta manteve-se sob o controle do grupo agrário comercial ligado aos capitais estrangeiros durante os 25 primeiros anos da República sufocando, na priorização de seus interesses, o desenvolvimento das novas forças produtivas do país.

Na década de 10, assiste-se ao aprofundamento da dissidência oligárquica, na medida em que as parcelas do capital acumulado pelo café passam a ser aplicadas na indústria.

É no âmago do confronto entre os grupos econômicos pela hegemonia política, após a consolidação da indústria, que se origina a fermentação das idéias e o debate ideológico que caracteriza o final da Primeira República. Nesse quadro é recuperado o nacionalismo dos anos 10, que serve como instrumento de luta dos que almejam a recomposição do poder político.

No que se refere ao ensino volta a baila, a partir desse confronto, os ideais republicanos e democráticos aos quais se ligam os anseios de universalização do ensino elementar e a ampliação das oportunidades educacionais para o povo. Agora, as reivindicações relativas à instrução popular ampliam-se no sentido de en-

contrar auxílio da União às unidades federadas para a difusão do ensino elementar.

Este nacionalismo educacional, que se manifesta na luta pela democratização do ensino, está ligado ao problema da ampliação das bases de representação eleitoral, pois na medida em que o grupo industrial-urbano (a burguesia) pretende a recomposição do poder político dentro do marco da democracia liberal, o caminho mais seguro é o da difusão do ensino (9).

A restrição do voto do analfabeto, desde a Constituição de 1891, tornava necessária a difusão da instrução popular para que a hegemonia política pudesse ser alterada. Desta forma, a difusão do ensino constituiria o instrumento pelo qual seria possível combater a oligarquia agrária que preocupava-se mais com a "educação moral" do proletariado em nome dos princípios conservadores. Opunha-se à mobilização alfabetizadora e ao ensino obrigatório, tentando coibir os avanços liberais.

Diante desse novo quadro, a intelectualidade católica, sob a liderança de Jackson de Figueiredo, inicia sua militância pela reconstrução de uma nova ordem política, idealizada, diante do que julga ser expressão da desordem, fruto do laicismo apóstata da República. A saída do caos exige que os homens voltem-se para dentro de si, satisfazendo às leis do espírito contra as novas imposições inspiradas tanto no positivismo como no liberalismo romântico do século XIX.

(9) Paiva, Vanilda. *Educação Popular e Educação de Adultos*, Edições Loyola, p. 95.

Atribuindo a origem dos males ao afastamento do homem de seu Criador, os intelectuais católicos, em sua postura reacionária, buscam a restauração moral e social dos costumes no país, através dos princípios da lei natural e da lei revelada. Para eles, são os princípios revelados, a doutrina católica, garantem as bases "sadias" e "verdadeiras" dessa "restauração", pois restituem ao homem as dimensões natural e sobrenatural, sordidamente suprimidas pelo racionalismo. Daí entenderem como única verdade, aquela cujo suporte encontra-se na Igreja Católica Romana, a qual é guardiã dos princípios da revelação, da autoridade e da tradição da Escolástica e do Magistério.

A tradição é entendida, neste ideário, como o único meio de preservação dos princípios fundamentais do cristianismo católico, em cujas bases estruturou-se o espírito da nação brasileira. É a tradição que fixa a herança católica.

A Escolástica representa a "filosofia perene" que não se submete a nenhuma espécie de contingência. Por outro lado, o Magistério da Igreja se realiza através da infalibilidade de seus dogmas, expressando-se sobretudo nas encíclicas e nas cartas pastorais. Através dele, define-se a hierarquia católica, modelo de organização perfeita que deve servir de inspiração a qualquer instituição do Estado.

Toda doutrina da Igreja unifica-se através da fé que, segundo os reacionários, é o elo indispensável entre as duas dimensões: humana e divina.

Entendem os reacionários que sô através da aplicação do ideário tradicional católico sobre a realidade geral, de forma integral, serão alcançados os definitivos fundamentos da ordem social. Segundo o próprio Jackson, o momento histórico deve exigir por parte dos católicos uma conflagração universal, através das idéias, no combate às forças estranhas à Igreja. Cabe ao cristão, como missão natural em meio à desordem que se instala através de cinco séculos de individualismo, oferecer-se de corpo e alma em defesa do respeito à autoridade, contra a injustiça da qual a Igreja é vítima. A seu ver, a Igreja Católica é o Templo da definição dos deveres, o único em que não se contrariam os dados racionais das liberdades e da autoridade (10).

Entendem os reacionários que a parcialidade das soluções quando se referem por exemplo, aos aspectos econômicos, políticos ou administrativos, não garantem o equilíbrio e a harmonia da sociedade, pois prevalece o subjetivismo dos que governam, contra a objetividade das regras morais.

A restauração moral da sociedade, cuja decadência de costumes tem sua origem no individualismo protestante e revolucionário, e no liberalismo sob todas as suas formas, torna-se o meio pelo qual se reintegra o espiritualismo, força disciplinadora da ordem e da estabilidade.

A busca da perfeição social sô é conseguida quando os laços do homem e do Criador são estreitados, pois esse é o verdadeiro fim a ser atingido.

(10) Figueiredo, Jackson. Penitenciações do Ateísmo, in Revista Tradição, ano II, outubro 1938, nº 7, p. 24.

1. A PEDAGOGIA REACIONÁRIA

É necessário, inicialmente, explicitar a concepção ideológica reacionária no que se refere à Educação.

Os ideólogos católicos crêm que só há uma opção: o Catolicismo, no qual depositam a esperança de defesa contra o mobilismo moderno e os princípios racionalistas e laicistas da República, que exprime os anseios de um insano positivismo, em oposição frontal ao tradicionalismo e à ordem. A República — proclamada em 1889 — rompeu com os princípios cristãos ao tirar o nome de Deus da Constituição (1891) e ao vetar o ensino religioso nas escolas públicas. Com isto, efetivamente, revelou sua vinculação com o individualismo político, traíndo as profundas tradições do povo brasileiro, ao atentar contra seu caráter religioso (11).

A partir dessas constatações, os reacionários — de modo especial Jackson de Figueiredo — colocam como questão de honra, em sua militância, encontrar um meio dentro da educação nacional para que a tradição seja restaurada, nos termos de uma luta pela reconstrução de "um espírito novo", contra o "espírito de demolição", tal como queria Farias Brito. Segundo Jackson de Figueiredo, o ensino leigo, mais do que em qualquer outra nação, está em flagrante contradição com os destino do povo (12). Daí devem os católicos — "a maioria da nação" — opor-se à intenção do Estado de proibir o ensino religioso, sendo ilícito impor-lhes aos filhos um ensino leigo, pois nisto reside uma violação dos direi-

(11) Figueiredo, Jackson. *A ORDEM*, ano I, 1921, nº 2, p. 18.

(12) *Idem ibidem*,

tos sagrados e inalteráveis de um país de tradição católica.

Os reacionários julgam esta pretensão, expressa na Constituição, uma ameaça funesta que o católico, como bom soldado deve combater (13).

Jackson afirma que o ensino leigo matará o Brasil, graças à cegueira dos políticos, em cujas mãos acorrentam-se as consciências da nação. Esse mesmo ponto de vista presente nos editoriais da revista "A Ordem" aparece em A Literatura Reacionária. Neste perspectiva, entendem os reacionários, só há um meio para salvar o povo brasileiro: "decidir-se por uma política de todo favorável às liberdades da Igreja em seu papel de interferir sobre os destinos da sociedade".

Segundo esse ponto de vista, a Igreja é entendida como a "Grande Mestra", "uma escola de disciplina" cuja função é zelar pelo "dogma" que contém as soluções dos problemas da vida humana: o divino assento da lei moral, da lei da cristandade que se condensa em poucos mandamentos (14).

Para os reacionários, A Doutrina Social e Política da Igreja, largamente aplicada em sua legislação, constituiu-se ao longo de muitos séculos e exprime a organização de uma sociedade perfeita e universal. Os códigos católicos representam, portanto, nessa perspectiva, "o mais ingente e assíduo esforço humano" a serviço dos destinos dos povos.

(13) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 18.

(14) Figueiredo, Jackson. *A ORDEM*, julho de 1925, nº 45, p. 116.

Hã entre os católicos um ideal pedagógico coerente com a visão católica, sem o qual a ação formativa do homem transforma-se em manifestações violentas e agitações.

O ideal pedagógico deve ser assegurado pelas liberdades espirituais e morais. Hã uma hierarquia na distribuição dos princípios dessa pedagogia, pois a ética subordina-se à teologia, ordenando-se adequadamente os ideais sociais e intelectuais. Cabe à Igreja a nobre missão de educar, pois compete a ela, na condição de "Mestra", salvaguardar os princípios da filosofia revelada. Assim, sua função é eminentemente "conservadora, preservativa e educadora das comunidades bem ordenadas".

Segundo os reacionários, os princípios fundamentais dos quais a Igreja Católica se faz guardiã são: a autoridade, a unidade, a liberdade, a propriedade e a família. A Igreja é uma instituição infalível. Por isso deve gozar da mais completa autonomia e autoridade podendo, então, ajuizar sobre quaisquer outros conteúdos, objetivando vigiar e zelar pela educação moral e religiosa de seus membros. Estas funções, não resultam de uma concessão meramente humana, mas divina. Esta autoridade dogmática da Igreja advém de sua genuína representação da força divina, "fonte da autoridade civil", "omnis protestas a Deo". Ao lado disso, está em contraposição o livre arbítrio do homem, a liberdade moral que é a fonte da liberdade de ação.

A continuadora da missão da Igreja é a Família, a quem cabe a tarefa de infundir no indivíduo, além dos valores relativos a sua manutenção vital, os princípios éticos e religiosos. É,

portanto, dos pais a iniciação para a "educação integral" que posteriormente será completada pela escola em sua função conjugada ao Estado. Este por sua vez, deve tudo fazer, pois é ele que regula a vida civil e o exercício dos direitos, para desenvolver a natureza do homem dentro de suas virtualidades.

O Estado deve ter em conta a religião e a probidade, pois o esquecimento desses dois grandes elementos da prosperidade social arrasta, inevitavelmente, à ruína a felicidade temporal (15), que prepara a felicidade eterna.

Enfim, o objetivo maior da Educação deve ser pautado sobre a aproximação da criatura de seu Criador, sendo que para isto, a criatura deve vestir-se de Cristo (16). Esse é precisamente o fim da educação segundo os reacionários. Cabe portanto ao Estado, como dever fundamental, proteger os direitos da Família e da Igreja, a fim de que a população crente venha a atingir este fim último. Reconhecem ainda que o Estado, ao educar, deve prover o bem-comum, mas antes de tudo preparar os homens para que tenham uma vida plena e harmoniosa através dos princípios religiosos. O debate acerca do ensino religioso se desenvolve e se torna mais agudo após 1930, quando os "Pioneiros da Educação", em nome da renovação educacional com base no liberalismo, se defrontam com os Católicos que visam salvaguardar o ensino tradicional em nome das oligarquias e da velha ordem social. Ambos os grupos defendem os interesses dos grupos dominantes, representando, no entanto, dois segmentos distintos do mesmo. "O primeiro no horizonte da ideolo-

(15) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 116.

(16) *Idem ibidem*, p. 118.

gia liberal com os ideais da paz social, estabilidade e cooperação; o outro, (os católicos) objetivando a recuperação de uma cosmovisão ética, única capaz de manter os mesmos ideais debaixo da autoridade de Deus" (17). Daí o repúdio ao laicismo educacional.

São dois os princípios próprios do ensino católico: impregnar as classes sociais de conhecimentos úteis para suas vidas e favorecer a salvação de suas almas, tirando daí resultados tanto de ordem moral como social, através de uma metodologia que produza boas consequências para a Igreja e para a Pátria (18).

A importância do ensino religioso advém, segundo os reacionários, da possibilidade de "prover a família", a Sociedade e o estado de felicidade, de ordem e harmonia (19). A obra educativa exige, por isso, a "cooperação harmoniosa" entre três instituições: a família, a sociedade e o Estado.

A transmissão de um ideário se faz nos moldes de uma pedagogia política. Há efetivamente sempre uma metodologia que acompanha a ação, pois trata-se de substituir o senso comum e as velhas concepções. Uma das técnicas desta pedagogia política é a repetição, considerada como o *meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular* (20). Esta técnica é facilmente percebida na política reacionária, iniciada no Brasil pelo grupo

(17) Cury, Carlos R. Jamil. *A Ideologia e Educação Brasileira, Católicos e liberais*, 2a. edição, Cortez Editores, p. 189.

(18) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 118.

(19) Cury, Jamil, *op. cit.*, p. 45.

(20) Cramsci, Antonio, *Concepção Dialética da História, Civilização Brasileira*, 3a. edição, p. 27.

que constituiria a Escola Católica sob a liderança de Jackson de Figueiredo. Obviamente, não se trata de uma inovação dos ideólogos em termos de prática pedagógica, mas de uma ação continuadora da pedagogia, tradicionalmente utilizada pela Igreja Católica, amplamente absorvida pelo grupo em questão. Através da repetição infatigável de sua apologética, a Igreja mantém organizada a própria fé, complementada pela hierarquia de intelectuais que lhe emprestam a aparência de dignidade de pensamento.

É importante demonstrar que o desenvolvimento do Reacionarismo no Brasil fez uso dos recursos metodológicos acima relatados, mas seu objetivo era atingir sobretudo os intelectuais de um modo geral, não as camadas populares. Evidentemente, segundo a ótica reacionária, a elite intelectual é capaz de conduzir as massas, preservando nelas a "santa ignorância" com que Chateaubriand em O Gênio do Cristianismo (1808).

A construção do ideário distingue-se de forma determinante na exploração dos aspectos negativos da organização social republicana e de suas bases ideológicas. O Reacionarismo apresenta-se, por conseguinte, como única opção viável para sanar os "erros" advindos da formação social com base no Liberalismo.

Um dos aspectos insistentemente enfatizados pelos reacionários — através do discurso desenvolvido por Jackson de Figueiredo — é do "daltonismo de linhas e imagens", um tipo de visão equivocada do sentido moral das tradições brasileiras cuja superação definiria os rumos do país como nação civilizada. Jackson sempre oferece dois caminhos alternativos para o desenvolvimento da

Nação: ou ela será "unicamente um imenso mercado internacional, vítima das ambições mais opostas" ou "uma Pátria na mais alta significação do termo" uma vez que se opta pela hierarquia, pelo zelo das legítimas tradições e a consciência de sua fê.

Seguindo ainda essa linha de análise, Jackson estabelece a dicotomia entre vida/morte da nação, optando finalmente pela saída otimista e esperançosa dos rumos que seguirá o país. Entende para tanto a necessidade de convencer "o que ainda resta das forças moderadas e sensatas", de forma a convergi-las contra a "herança das fatalidades políticas que perseguiram a última dinastia dos reis portugueses".

O país ganha nesta linha de análise a fisionomia personificada de uma "vítima", padecendo de um mal "bem mais social" que "político".

A definição do "mal" que aflige a sociedade brasileira aparece como tônica fundamental. Segundo Jackson apresenta-se como uma "sinistra coluna de fogo" a guiar todos os males, todos os desrespeitos do cosmopolitismo e do metequismo.

O "mal" não é entendido na "incúria governamental", "nem a indiferença política das massas", nem a "veleidade do militarismo de cordel", tampouco advém da "inexistência de partidos políticos, nem das falhas do modelo econômico, mas sobretudo de uma indistinção moral" (21). Jackson atribui a permanência do

(21) *Antologia, Jackson de Figueiredo, Trechos escolhidos, in Jackson de Figueiredo, Nossos Clássicos, José Rafael de Meneses, Agir, p. 79.*

"mal" ã falta de educaçaõ do brasileiro, deseducaçaõ a seu ver incompreensível, pois trata-se de "um povo criado no seio da Igreja Catõlica, o mais perfeito sistema de educaçaõ".

Jackson indica o caminho para combater o "mal" que atinge a sociedade: "empreender uma cruzada de reeducaçaõ do caráter e da inteligẽncia", atravẽs do culto ã Filosofia, cujo *templo jã se erigiu em meio das manifestaões da vida moderna*. Apresentando como alternativa o investimento no intelecto, Jackson entende ser estratẽgico demonstrar fẽ nos "recursos naturais do *espírito humano*". A afirmaçaõ que se segue permite distinguir a *ênfase* dada ã cooptaçã das "elites" a favor da restauraçã moral: *sõ uma boa e sõlida metafísica (...) pode preservar as classes letradas e dirigentes do vírus revolucionário e liberal* (22).

"A filosofia, implícita ou explícita, dos dirigentes traduz-se na boa ou mã qualidade da vida social" (23). Daí *concluir* que os catõlicos brasileiros deverã ter plena e segura *consciência* de que sã os únicos detentores da verdadeira filosofia — "a perennis philosophia" — cujo caráter essencialmente *imutãvel* permite-lhe ser a única que progride.

A pedagogia reacionãria enfatiza a formaçaõ intelectual que estabelece a ordem nos pensamentos, orientando todos os conhecimentos, científicos ou humanísticos, para as "verdades fundamentais" que o homem deve ter. Opõe-se ao "filosofismo" frívolo e não sistemático que não se baseia na moral e na fẽ.

(22) Figueiredo, Jackson, *op. cit.*, p. 79.

(23) *Idem ibidem*, p. 79.

As verdades fundamentais sō serão adquiridas, segundo Jackson, quando revelados os princípios que ensinam quem é o homem e qual o seu destino. Trata-se de uma "teleologia intelectual" que se desdobra pela formação moral e religiosa, reconduzindo, através dos bons hábitos, o homem para sua verdadeira natureza. A religião surge como a mediadora dessa descoberta, transformando a teleologia em uma teologia.

É possível reunir, a título de síntese deste capítulo, alguns aspectos fundamentais para a compreensão da pedagogia reacionária:

O primeiro, refere-se à educação religiosa como instrumento de ação, pois os católicos reacionários almejam interferir no processo histórico de forma a restaurar o social em torno de Cristo, pois entendem ser a origem dos males sociais o afastamento de Deus.

As bases dessa restauração encontram-se nas "leis da revelação cristã" e na "lei natural", pois cumpre devolver ao homem suas dimensões: natural e sobrenatural, suprimidas através do racionalismo. Para isso, é necessária uma ação organizada que incida contra o mal, resultante da descristianização. É necessário envolver, também a "elite" dirigente e os intelectuais para o caminho seguro da fé, dentro dos princípios da Igreja Católica.

Desta forma, o fim da educação é recuperar a criatura para o Criador, no que diz respeito, principalmente, ao acatamento das "verdades eternas" das quais a Igreja é a grande depo

sitária. Urge, ainda, segundo Jackson, que se faça uma "contra-revolução" e a partir dela, uma reinterpretação da realidade face ao Evangelho.

O segundo aspecto que enfatiza o reacionarismo é o retorno à "perennis philosophia" representada pela Escolástica ao "fixar os valores eternos" contra as mudanças provocadas pela revolução burguesa. A formação intelectual do católico torna-se necessária para que ele compreenda a "ordenação das igrejas", a hierarquia e a intemporalidade dos conhecimentos que devem conduzir o homem ao seu verdadeiro destino espiritual e moral. Nessa perspectiva, o homem é entendido como um ser possuidor de "graça", que através de sua racionalidade (essência humana) compreenderá o "mistério da ordenação natural do mundo".

A dimensão religiosa é inerente à essência da educação e a Igreja tem por "missão divina" educar, a fim de elevar o homem, da natureza à realização da graça.

À filosofia católica cabe reorganizar o intelecto para que o homem se torne apto a compreender os mistérios teológicos. Esta tarefa, porém, não cabe a todos os homens indiscriminadamente, mas a um grupo, "uma elite", que deverá conduzir a "massa ignorante" ao destino preparado pela Providência.

O interesse da ideologia reacionária nesta educação vem sobretudo motivado pelo propósito de preservar através da tese da religião com "caráter nacional", a subsistência da própria Igreja que, com a República, sofre o impacto da laicização e do ag

nosticismo do regime. A Igreja Católica no Brasil necessita de uma ação decisiva para orientar seus propósitos. O mentor intelectual dessa prática é efetivamente o Cardeal, D. Sebastião Leme da Silveira, que buscará transpor os padrões do catolicismo universal para o catolicismo brasileiro. D. Leme reúne em torno de si uma seleta elite intelectual, saída das camadas médias urbanas, cuja principal figura é Jackson de Figueiredo. Movido por seu entusiasmo à nova causa Jackson coloca-se a serviço da recomposição da inteligência e da fé, através da revista "A Ordem" e do "Centro D.Vital". "A finalidade da criação desta cruzada militante, voltada para as elites sob a jurisdição romana (...) era a de recristianizar a nação através dos ensinamentos da Igreja e assegurar com isso o reconhecimento do poder eclesiástico." (24)

(24) Cury, Carlos R. Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira (Católicos e Liberais)*, Cortez Editores, p. 16.

CONCLUSÃO

Ao término da reconstrução histórica da ideologia reacionária no Brasil, é necessário reunir as afirmações contidas nos capítulos desenvolvidos através de uma síntese, de forma a elucidar melhor os objetivos norteadores da proposta monográfica.

A primeira constatação observável é que, ainda hoje, no contexto das relações sociais estão presentes os elementos fundamentais do discurso reacionário, quer difuso ou explicitamente. O pensamento do que se convencionou chamar de "direita" permanece efetivamente na história da cultura brasileira, tendo sua origem vinculada ao ideário católico que se origina no Brasil, com Jackson de Figueiredo, a partir das transformações estruturais que se processam após a Primeira Guerra. A especificidade desse ideário encontra-se no campo das idéias políticas, considerando-se as condições sociais particulares em que foi produzido, como uma tendência de confronto com o "revolucionar dentro da ordem de que a burguesia é dotada".

A ideologia reacionária opõe-se frontalmente à racionalidade burguesa, necessária na transformação do mundo e imposta pelo interesse à dominação. O que o Reacionarismo almeja des

cartar é o "progressismo" presente na visão liberal e para isso volta-se constantemente para as raízes das tradições medievais.

A referência obrigatória para a compreensão do discurso reacionário que se desenvolve no Brasil é Jackson de Figueiredo, pois, ele expressa com profundidade, os princípios norteadores desse ideário através de suas obras e do programa de ação que coordenou frente à chamada Escola Católica. Busca resolver no plano da filosofia e da teologia os problemas que a política não consegue solucionar. Afirmando o primado do espiritual sobre as relações materiais e enfatizando a necessidade de um "humanismo integral", entende, ainda, a premência de uma "revolução mais profunda" que transcenda os "limites da vida terrena" e se afirme na fé.

No contexto histórico no qual se desenvolve e ideologia reacionária, deve-se entendê-la como uma das múltiplas produções intelectuais que se inserem nas transformações que passam a ocorrer na década de 20, motivadas pelas contradições da República Velha. Não contrariando o anseio comum dos ideários que se conjugam nesse período, a doutrina católica expressa-se como uma manifestação nacionalista que busca encontrar soluções para os problemas do país através da retomada da condução dos destinos nacionais pelos brasileiros.

As questões nacionais nascem das crises provocadas pela transição para a dominância do capitalismo na formação social brasileira.

Por expressar uma visão anti-histórica, a ideologia reacionária permanece insensível a esse processo de transfor-

mação social, daí o fato de sua crítica não possuir a necessária perspectiva de distância para avaliar as coisas, entendendo-as como manifestações inconseqüentes de rebeldia.

As bases sobre as quais a Reação Católica se apóia encontram-se no pensamento dos pensadores tradicionalistas europeus, principalmente Joseph de Maistre, o Visconde de Bonald, Chateaubriand, Charles Mourras — o fundador da Action Française — Antônio Sardinha — fundador do Integralismo Lusitano, além do pensador cearense Farias Brito e do Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme.

A principal preocupação presente nesse ideário é recuperar para a Igreja Católica o seu espaço de atuação, entendendo-a como modelo da ordem e da autoridade. Acreditam os ideólogos da reação que ela expressa o "poder providencial divino que regula e dirige dos destinos dos povos". É esse seu traço mais característico, uma concepção filosófico-histórica da Providência. O mundo físico, individual e social deve ser expressão da ordem e da harmonia da Providência Divina, chave de toda racionalidade histórica.

A história é por conseguinte, a marcha da vontade divina através dos séculos, cuja condução depende da "única e verdadeira religião: o Catolicismo". Disso resulta, na concepção reacionária, que as formas de rebeldia contra o Catolicismo não são apenas "erros religiosos", mas atentados contra a "razão universal e contra a civilização humana". A razão humana insuficiente por si para descobrir seus caminhos, necessita a verdadeira fé, sendo o critério para distingui-la os princípios da "razão universal", isto é, o "consenso universal dos homens".

Cetramente o apego às soluções religiosas e filosóficas do discurso reacionário não surge ao acaso. Ele representa um determinado nível de discernimento da realidade social em consonância com os interesses que devem ser preservados. Por isso, no âmbito das transformações do processo de transição para o Capitalismo, e conseqüentemente o surgimento das novas idéias, resta ao reacionismo permanecer fiel à filosofia que embasa toda a doutrina católica. O objetivo é fixar um tempo ideal que não deverá ser superado. Se o recuo não é possível é mister impedir o avanço revolucionário.

Todas as novas doutrinas que se opõem, às concepções filosóficas da Igreja consistem em formas de ruptura com o momento histórico que deve ser superado. Embora modernizada, a Igreja necessita agora cooptar maior número entre as camadas letradas que se mostram propensas a aderir aos novos discursos, perspassando do liberalismo e positivismo às formas vulgares do materialismo. A política reacionária se expressa sob a forma de um humanismo integral e o neotomismo (doutrina da Igreja Moderna) transforma-se na filosofia de respaldo dos grupos dominantes.

Desta forma, o Reacionarismo Católico no Brasil, significa uma das alternativas ideológicas dos anos 20 que, sendo de direita* não se confunde com o conservadorismo. Isto porque sua especificidade consiste justamente em ser uma expressão mais radical que aquele por suas características particulares: um sectarismo inspirado no tradicionalismo do século passado. Como tal posiciona-se na forma de uma ideologia e de uma prática — uma estra-

(*) (os conceitos de "direita" e "esquerda" são criações da prática parlamentar francesa do século XIX).

tégia anti-revolucionária — voltadas contra as doutrinas individualistas e materialistas, almejando a remodelação social segundo os princípios que defende. Confunde em seu julgamento as contingências históricas e se opõe frontalmente ao liberalismo, ao ceticismo, ao amoralismo, ao crentificismo e ao desprezo das tradições nacionais. Ao estabelecer como valor a imutabilidade social, fixa como momento histórico ideal e eficaz para todos os tempos, a Idade Média.

Ao amparar-se no autoritarismo inspirado no modelo eclesiástico, e no repúdio à democracia apresenta-se também como uma visão organicista e estática ao negar qualquer possibilidade de mudança. Sua base política é a teocracia calcada na autoridade papal, representante do poder divino na Terra.

Por esse motivo, o Reacionarismo Católico procura estancar o processo histórico para salvar e eternizar o poder das oligarquias que se articulam diante dos acontecimentos revolucionários oriundos da transição para o Capitalismo, que se processam ao longo da República Velha. A oligarquia constitui, portanto, sua base social, pois seus anseios se confundem.

Para atingir os ideais de retorno e fixação da ambiência histórica medieval, a ideologia reacionária utiliza-se da Filosofia (Escolástica) como forma de disciplinar o intelecto e o pensamento, ao tomar como prática pedagógica aquela amplamente utilizada e difundida pela Igreja Católica: a repetição permanente e infatigável dos mesmos temas. Necessita, portanto, dotar a apologética da qual se faz porta voz de uma "aparência de dignidade" recrutando sempre a "autoridade do saber entre intelectuais de

renome".

O Reacionarismo é por isso a manifestação mais influente da Educação como ação, decorrência da teoria imutável do "magister dixit", na qual a êtica subordina-se à teologia, cabendo à Igreja a missão de educar, pois sua autoridade dogmática advém de sua representação da força divina, "fonte inesgotável" e emanadora da sabedoria almejada.

É importante assinalar que o Reacionarismo expressa uma forma duradoura de ação pedagógica de caráter radical e maniqueísta. Nessa perspectiva entende a realidade social como um todo abstrato, na qual o "bem" e o "mal" se conjugam através da ação dos homens. Cabe-lhe por isso, a tarefa "saneadora e depuradora" da ordem social, na eliminação dos "vícios" advindos de toda e qualquer forma de "revolução". Sua prática consiste em um conjunto de atividades variadas que devem obedecer as leis e as tradições herdadas através da condução feita pela única instituição digna de credibilidade: a Igreja Católica.

O Reacionarismo é portanto, desde sua gênese, uma ideologia que expressa o irracionalismo, ao substituir a explica-ção racional pelo primado da vontade e da obediência.

• PRIMÁRIAS

1. Revista "A Ordem" (editorial) Anno I — Setembro de 1921 até Anno VII — Julho-1928.
2. FIGUEIREDO, Jackson. A Coluna de Fogo, Edição do Centro D. Vital, Rio de Janeiro, 1925.
3. A Reação do Bom Senso, Anuário do Brasil, 1922.
4. Do Nacionalismo na obra Presente, (dirigida a Francisco Bustamante), Livraria Católica, Rio de Janeiro, 1921.
5. Literatura Reacionária, Edição do Centro D.Vital, Rio de Janeiro, 1924.
6. Pascal e a Inquietação Moderna, Editores do Centro D.Vital, Anuário do Brasil, Seara Nova, Renascença Portuguesa, Rio de Janeiro, 1946.
7. Correspondência, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1946.
8. Afirmações, Editora do Centro D.Vital, Rio de Janeiro, 1921.
9. Humilhados e Luminosos, Editores Anuário do Brasil e Renascença Portuguesa, Rio de Janeiro, 1921.
10. Algumas Reflexões sobre a Filosofia de Farias Brito, Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1916.
11. A Questão Social na Filosofia de Farias Brito, Revista dos Tribunais, Rio de Janeiro, 1919.
12. Penitência e Ateísmo, in Revista Tradição, ano II, Outubro, 1938, (Revista de Cultura).

BIBLIOGRAFIA

1. ABRANTES, Jorge — O pensamento político de Jackson de Figueiredo. Recife, 1954.
2. ANDRADE, Mário de — O Movimento Modernista. in Aspectos da Literatura Brasileira, Livraria Martins, São Paulo, 1978.
3. ANTUNES, Ricardo C. — O que é sindicalismo. Ed. Brasiliense, Coleção Primeiros Passos.
4. AZEVEDO, Fernando — Cultura Brasileira. Edições Melhoramentos, 3ª edição, 3 volumes, São Paulo, 1953.
5. BAER, Werner — A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 1966.
6. BASBAUM, Leoncio — História Sincera da República: 1889 a 1930. Editora Alfa Omega, São Paulo, 4ª edição, 1981.
7. BOSI, Alfredo — História Concisa da Literatura Brasileira. Editora Cultrix, São Paulo, 1972.
8. CARONE, Edgard — Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922-1938) — Corpo e Alma do Brasil. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 3ª edição, 1972.
9. CHAUÍ, Marilena e Maria Silvia de Carvalho Franco — Ideologia e Mobilização Popular, CEDEC, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
10. COSTA, Cruz — Pequena História da República. 2ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
11. CURY, Carlos R. Jamil — Ideologia e Educação Brasileira. Católicos e Liberais, Cortez Editores, 2ª edição, 1984.

12. FAORO, Raymundo — Os Donos do Poder, Formação do Patronato Político Brasileiro, Editora Globo, Porto Alegre, 1977, volume II.
13. FAUSTO, Boris — A revolução de 1930. Historiografia e História. Editora Brasiliense, edição, 1981.
14. FERNANDES, Florestan — A Revolução Burguesa no Brasil. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 3ª edição, 1981.
15. FURTADO, Celso — Formação Econômica do Brasil. Companhia Editora Nacional, 7ª edição, São Paulo, 1967.
16. _____ — Brasil: Tempos Modernos. Coletânea de Ensaaios, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.
17. GORENDER, Jacob — A Burguesia Brasileira. Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, 3ª edição, 1983.
18. GRAMSCI, Antonio — Concepção Dialética da História. Ed. Civilização Brasileira, trad. Carlos Nelson Coutinho, 3ª edição, 1978.
19. HOBBSBAWN, Eric J. — A Era do Capital — 1848-1875. Ed. Paz e Terra, 3ª edição, 1982.
20. _____ — A Era das Revoluções, 1789-1848. 4ª edição, Paz e Terra, 1982.
21. IGLÉSIAS, Francisco — Estudos sobre o Pensamento Recionário: Jackson de Figueiredo, in História e Ideologia, Edit.Perspectiva, São Paulo, 1978.
22. LEITE, Dante Moreira — O caráter nacional brasileiro — História de uma Ideologia. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.
23. LEME, D.Sebastião da Silveira — Carta Pastoral, Vozes, 1916.
24. LUZ, Nícia Vilela — A década de 20 e suas crises. In Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 6, São Paulo, 1969.

25. LUZ, Nícia Vilela — A luta pela industrialização no Brasil (1808-1930), São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.
26. MAISON, Adalberto — A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres. Livraria Duas Cidades, 1979.
27. MENESES, José Rafael de — Jackson de Figueiredo. Coleção Nos sos Clássicos, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1958.
28. MESQUITA, Pimentel — Problemas do Catolicismo Contemporâneo. Editora Vozes, (Literatura e Catolicismo), Rio de Janeiro, 1948.
29. MOTA, Carlos Guilherme — Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). Ensaio 30, Editora Ática, 4ª edição, São Paulo, 1978.
30. MOURA, Odilão, OSB. — Idéias Católicas no Brasil, Direção do pensamento católico no século XX, Editora Convívio, São Paulo, 1978.
31. NOGLE, Jorge — Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, Ed. Pedagog e Universitaria Ltda e Edição da USP, 1974.
32. NOGUEIRA, Hamilton — Jackson de Figueiredo. O doutrinarismo católico, Editora Terra de Sol, Rio de Janeiro, 1927.
33. PAIM, Antonio — História das Idéias Filosóficas no Brasil. São Paulo, 1978.
34. PAIVA, Vanilda — Educação Popular e Educação de Adultos. Contribuição à história da Educação Brasileira, Ed. Loyola, São Paulo, 1973.
35. PEREIRA, Luis. Prefácio, in Raízes da Ideologia do Planejamento, Janice Teodoro da Silva, Editora e Livraria Ciências Humanas, 1978.
36. PEREIRA, Luis e Marialice M Foracchi. Educação e Sociedade, Editora Nacional, 4ª edição, São Paulo, 1969.
37. PINHEIRO, Paulo Sérgio. La fin de la Première République au Brésil, crise politique et révolution (1920-1930) Paris, These pour la doctorat de recherches, F.N.S.P.

38. RIBEIRO, Darcy — O processo civilizatório-Etapas da evolução cultural, Editora Vozes Ltda. Petrópolis, 1978.
39. RIBEIRO, Maria Luisa Santos — História da Educação Brasileira: A organização escolar, Cortez e Moraes Ltda. São Paulo, 1978.
40. ROMANELLI, Otaiza de Oliveira — História da Educação no Brasil, 1930/1973, Ed. Vozes, Petrópolis, 1978.
41. ROMANO, Roberto — Conservadorismo Romântico, Origem do Totalitarismo. Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Vãos, São Paulo, 1981.
42. SILVA, Sérgio — Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil, Editora Alfa-Omega, São Paulo, 5ª edição, 1981.
43. SIMÃO, Azis — Sindicato e Estado. Editora Ática, São Paulo, 1981.
44. SODRE, Nelson Werneck — Síntese de História da cultura brasileira. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1970.
45. _____ — Formação Histórica do Brasil, Editora Brasiliense, 4ª edição.
46. _____ — Introdução à Revolução Brasileira, Civilização Brasileira, 3ª edição, Rio de Janeiro, 1967.
47. TAVARES, Maria da Conceição — Da substituição de importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaio sobre Economia Brasileira, Zahar Editores, 10ª edição, Rio de Janeiro, 1982.
48. TOUCHARD, Jean — História das Idéias Políticas. Publicações Europa-América, 7 volumes, 2ª edição, 1976.
49. TRINDADE, Hêlgio. — Integralismo, O fascismo brasileiro na década de 30, Difel, São Paulo, Rio de Janeiro, 1979.
50. TRISTÃO, Athayde de — Indicações Políticas, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Agir-1938.

51. VIEIRA, Evaldo Amaro — Estudo sobre a atitude conservadora — três momentos, in Revista Difusão, São Paulo, Diretório Acadêmico da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1972, ano II, nº 5.
52. VILLAÇA, Antonio Carlos — O pensamento católico no Brasil, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.
53. VIOTTI DA COSTA, Emília — Da monarquia à República: Momentos decisivos. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1979, 2ª edição.
54. VIZENTINI, Paulo [Gilberto Fagundes — Os liberais e a crise da República Velha, Editora Brasiliense, Coleção Tudo é História, 1983.

R E S U M O

Nesta dissertação questiona-se a origem, a natureza e a evolução da ideologia reacionária, entendida como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações do concreto.

A ideologia reacionária será enfocada dentro do contexto histórico-social do Brasil como a produção cultural particular de um grupo sectário: o laicito católico, cuja intenção básica era influenciar vários setores de intelectualidade brasileira como forma de recuperar (entre outras coisas) o poder da Igreja, vista como modelo perfeito de organização.

A compreensão desta cultura torna-se possível à medida que seu surgimento esteja associado a um grupo de agentes sociais, cuja "praxis" consistia no combate das manifestações tidas como revolucionárias, em qualquer instância, desenvolvidas a partir de 1920.

Obras de Jackson de Figueiredo foram tomadas como referência básica para a compreensão desta ideologia, bem como, os editoriais da revista "A Ordem" (1921 até 1928) que também eram de sua responsabilidade.

Através de Jackson de Figueiredo manifestam-se os aspectos mais significativos do conjunto ideacional reacionário, pelo que o ideólogo representa em termos de participação e influência na sociedade brasileira da época. Criador do "Centro D. Vital" e da revista "A ordem" para promover as idéias da chamada Escola Católica, em defesa da Ordem, da Hierarquia e da Autoridade, tornou sua obra ponto de referência obrigatória no estudo do Reacionarismo no Brasil.

O aspecto fundamental desta dissertação consiste na reconstrução da trajetória histórica desse dis

curso, ns forma de pedagogia política que se configura co
mo ação e repetição, sua abrangência e contradições.